NÚCLEO REGIONALIZADO "A"

ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO BALBINO DE ALMEIDA

PRÉDIO ESCOLAR MARIA JOSÉ DE LIMA SILVEIRA

PRÉDIO ESCOLAR SÃO JOSÉ

PRÉDIO ESCOLAR ELÓI CAETANO DA SILVA

PRÉDIO ESCOLAR DÉCIO AGRÁRIO DE CARVALHO

PPP

Projeto Político Pedagógico

2025

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!

PPP

Projeto Político Pedagógico

2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:
Carlos Raimundo Oliveira Cerqueira Neto

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:
DIRETORA ESCOLAR
Daniela Freitas Ataide

COORDENADORA PEDAGÓGICA:
Edlecia Vieira Santos

PROFESSORAS:
Josenice Balbina de Almeida - Esc. Mun. Ovídio Balbino de Almeida
Nilza Sena Silva - Prédio Escolar Maria José Silveira
Nadja de Jesus Calazans - Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho
Eliete Caetana Moreira - Prédio Escolar Elói Caetano da Silva
Eliane dos Santos Peres - Prédio Escolar São José

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
1.1. PERFIL IDENTITÁRIO
1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores
1.1.2. Características e finalidades
1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL
1.3. DIAGNÓSTICO ATUAL
1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS
2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA
2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO
2.3. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO
2.4. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO
2.5. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
2.6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico
2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo
2.6.3. O respeito à diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA
3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO
3.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS
3.3. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM
3.4. RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM
3.5. OS TEMAS INTEGRADORES
3.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC’S)
3.7. O ALUNO PROTAGONISTA
3.8. PERFIS ESPERADOS DOPROFESSR E DO ALUNO

4. ETAPAS DO ENSINO
4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL
4.1.1. Creche
4.1.2. Pré-escola
4.2. ENSINO FUNDAMENTAL
4.2.1. Anos Iniciais
4.2.2. Transição da Creche para a Pré-escola
4.2.3. Transição da Pré-escola para o 1º Ano
4.2.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

4.2.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO
5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO
5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
5.4. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
5.5. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
5.6. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES
5.7. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

6. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS
6.1. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
7.1. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PPP
7.2. INTERAÇÃO ENTRE O PPP E O REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO
7.3. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS PROCESSOS
7.4. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

HINO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva
Melodia por Bernardo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico, das Escolas que compõem Núcleo Regionalizado A, que é composto pelas escolas: Escola Municipal Ovídio Balbino de Almeida (sede do Núcleo), Prédio Escolar Maria José Silveira, Prédio Escolar São José, Prédio Escolar Elói Caetano da Silva e Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho. Este documento é primordial para que as instituições de ensino consolidem um movimento constante de crescimento e aperfeiçoamento da qualidade do ensino prestado.

Nesse sentido o Projeto Político Pedagógico tem um caráter dinâmico, elaborado de forma coletiva, por meio do diálogo, discussões, partilhas de experiências e outros meios que nos possibilitaram discorrer sobre a importância do mesmo para o chão das nossas instituições. Assim o projeto aqui apresentado demonstra os princípios norteadores, os objetivos propostos da educação, onde colocaremos a disposição da comunidade escolar com o intuito de se apropriarem e atuarem em coerência com as diretrizes filosóficas, pedagógicas e administrativas.

Dessa forma, propomos por meio deste documento que a comunidade escolar seja desafiada a vivenciar na pratica a utilização do mesmo. Por meio do PPP eles terão acesso a tudo que será desenvolvido, desse modo, ao terem contato com o mesmo, possam ter uma visão geral da realidade das escolas, dos objetivos a serem alcançados, tendo esse conhecimento possam se sentir chamados a integrarem o desenvolvimento prático desse documento.

No ano de 2025, este Projeto Político Pedagógico está a ser atualizado devido às novas informações que surgiram após reuniões, conversas e diálogos com a comissão de reelaboração escolar. Essa atualização busca garantir que o projeto esteja alinhado com as necessidades e expectativas da comunidade escolar, promovendo uma educação mais participativa e eficaz.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Núcleo Regionalizado A atende no momento duzentos e noventa alunos e tem por finalidade o atendimento a Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todos os alunos residem na zona rural, porém, em comunidades diferentes.

A Escola Ovídio Balbino de Almeida, situada no povoado da Fazenda Laje Anguera-Bahia, a mesma funciona em prédio próprio pertencente à Rede Municipal de Ensino, sendo uma escola Regionalizada que integra as escolas, Prédio Escolar Maria José Silveira (Guaribas), Prédio Escolar Elói Caetano da Silva (Fazenda Massapê), Prédio Escolar São José (Fazenda Cajá) e Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho (Fazenda Jacobina).

Todos os professores que atuam na escola possuem formação específica em Pedagogia ou Licenciaturas, alguns são contratados e outros efetivos. As turmas são distribuídas da seguinte forma: um professor regente para cada turma do fundamental que trabalha com Língua Portuguesa, Matemática e Arte, um professor complementar que fica com os outros componentes curriculares: História, Geografia, Ensino Religioso e Educação Física. As reuniões com os pais acontecem por etapa ou sempre que necessário. A faixa etária dos alunos no diurno varia de dois a doze anos, a noite são jovens de vinte anos até idosos de oitenta anos.

NOME: Escola Municipal Ovídio Balbino de Almeida

ENDEREÇO: Fazenda Laje

CEP: 44.670-000

MUNICIPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Laje

E-MAIL: nucleo02.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CNPJ: 15.621.267/0001-73

CÓDIGO DA SÉRIE: 29387086

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPAS DE ENSINO: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação Infantil, Fundamental I e EJA.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA / QUANTIDADE DE ALUNOS

TURMA	SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
MULTI EJA I – ESTAGIO 01 AO 03 1º AO 4º ANO	ÚNICA	NOTURNO	18
MULTI 3º E 4º ANO	ÚNICA	MATUTINO	13
MULTI 1º E 2º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	12
5º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	06
MULTI CRECHE GRUPO 04 A PRÉ-ESCOLA GRUPO 05	ÚNICA	MATUTINO	12
		Total	**61**

Fonte: Dados da Escola (2025).

NOME: Prédio Escolar Maria José Silveira

ENDEREÇO: Guaribas

CEP: 44670-000

MUNICIPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Guaribas

E-MAIL: nucleo02.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 32396507

CÓDIGO DA SERIE: 29090261

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação Infantil.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA / QUANTIDADE DE ALUNOS

TURMA	SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
GRUPO 03	ÚNICA	MATUTINO	15
GRUPO 02	ÚNICA	VESPERTINO	11
GRUPO 05	ÚNICA	VESPERTINO	12
GRUPO 04	ÚNICA	MATUTINO	15
		Total	**53**

Fonte: Dados da Escola (2025).

NOME: Prédio Escolar São José

ENDEREÇO: Fazenda Cajá

CEP: 44.670-000

MUNICIPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Cajá

E-MAIL: nucleo02.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CNPJ: 15.621.267/0001-73

CÓDIGO DO INEP/SÉRIE: 29090334

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR
SÉRIE / TURMA / QUANTIDADE DE ALUNOS

TURMA	SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
MULTI EJA I – ESTAGIO 01 E 02 1º AO 3º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	32
MULTI EJA I – ESTAGIO 01 AO 03 1º AO 4º ANO	ÚNICA	NOTURNO	33
MULTI CRECHE GRUPO 04 A PRÉ-ESCOLA GRUPO 05	ÚNICA	MATUTINO	04
		Total	**69**

Fonte: Dados da Escola (2025).

NOME: Prédio Escolar Eloi Caetano da Silva

ENDEREÇO: Fazenda Massapê

CEP: 44.670-000

MUNICIPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Massapê

E-MAIL: nucleo02.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CNPJ: 15.621.267/0001-73

CÓDIGO DA SÉRIE: 29090156

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação Infantil e Fundamental I e EJA.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA / QUANTIDADE DE ALUNOS

TURMA	SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
MULTI EJA I – ESTAGIO 01 AO 03 1º AO 4º ANO	EDUCAÇÃO POPULAR	NOTURNO	14
MULTI EJA I – ESTAGIO 01 AO 03 1º AO 4º ANO	A	VESPERTINO	09
MULTI 4º E 5º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	04
MULTI 1º E 2º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	04
MULTI CRECHE GRUPO 02 A PRÉ-ESCOLA GRUPO 05	ÚNICA	MATUTINO	14
		Total	**45**

Fonte: Dados da Escola (2025).

NOME: Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho

ENDEREÇO: Fazenda Jacobina

CEP: 44.670-000

MUNICIPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Jacobina

E-MAIL: nucleo02.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CÓDIGO DA SÉRIE: 29090130

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Ensino Fundamental I e EJA.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA / QUANTIDADE DE ALUNOS

TURMA	SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
MULTI 3º E 4º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	09
MULTI 1º E 2º ANO	ÚNICA	MATUTINO	06
MULTI EJA I – ESTAGIO 02 E 03 3º E 4º ANO	ÚNICA	NOTURNO	16
		Total	**31**

Fonte: Dados da Escola (2025).

QUADRO DE PROFISSIONAIS

ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO BALBINO DE ALMEIDA

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
DANIELA FREITAS ATAIDE	DIRETORA	ESPECIALIZAÇÃO
EDLÉCIA VIEIRA SANTOS	COORDENADORA	ESPECIALIZAÇÃO EM ANDAMENTO
JOABE FERREIRA DA SILVA	SECRETÁRIO ESCOLAR	SUPERIOR EM ANDAMENTO
NÚBIA ROSÁRIO PINTO	AG.TECNOLÓGICA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
MARIA JOSÉ OLIVEIRA BRITO	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
DELIANE VIEIRA S. GONÇALVES	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
DENILSA FREITAS ATAIDE	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
EDINELZA PEREIRA DE JESUS	COORDENADORA	ESPECIALIZAÇÃO EM ANDAMENTO
JOSENICE BALBINA DE ALMEIDA	PROFESSORA	MÉDIO COMPLETO
LUCELMA DE ALMEIDA SILVA	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
CRISPINIANA DIAS V. DE JESUS	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
ALINE BASTOS FREITAS ATAIDE	AUX. DE DES. EDUCACIONAL.	MÉDIO COMPLETO
ÁUREA FERREIRA DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. I INCOMPLETO
ELIETE GUEDES SANTANA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. INCOMPLETO
ANGELA DOS SANTOS SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. INCOMPLETO
FABIANA G. DOS SANTOS	MERENDEIRA	MÉDIO COMPLETO
CLAUDINEA GONÇALVES MATOS	MERENDEIRA	MÉDIO COMPLETO
ROMILSON G. DA SILVA	AGENTE DE PORTARIA	MÉDIO COMPLETO
MIRANI BARBOSA SANTANA	AUX. ADMINISTRATIVO	MÉDIO COMPLETO
NATALICE LIMA LOPES	AUX.DE DES.EDUCACIONAL	SUPERIOR EM ANDAMENTO
CRISTINA LIMA COSTA OLIVEIRA	COORDENADORA	SUPERIOR

Fonte: Dados da Escola (2025).

QUADRO DE PROFISSIONAIS

PREDIO ESCOLAR ELÓI CAETANO DA SILVA

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
CRISTIANE MOREIRA S. MARIA	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
ELIETE CAETANA MOREIRA	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
CLEUZA DOS S. OLIVEIRA	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	SUPERIOR COMPLETO
ROBERTA DOS S. SANTANA	(MERENDEIRA)	FUNDAMENTAL
LUCIDE MOREIRA BASTOS	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	MÉDIO COMPLETO
MARIA LUIZA CAETANA MOREIRA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADA
SUELI DA SILVA PIRES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	MÉDIO COMPLETO
LARISSA NUNES SOUZA	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
SAMARA MELO CARNEIRO	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO

Fonte: Dados da Escola (2025).

PREDIO ESCOLAR SÃO JOSÉ

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
MARIA DAS GRAÇAS S. PINTO	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
EDNALVA SILVA BASTOS	MERENDEIRA E AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. I INCOMPLETO
ELIANE DOS SANTOS PIRES	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
VALMIRA DO N. LOPES DA SILVA	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
TAILANE LIMA BASTOS	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
ELIANE SANTOS PIRES	PROFESSORA	ENS. MÉDIO COMPLETO
ODACI ANDRADE BASTOS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. I INCOMPLETO
JORLÂNDIA NERY DOS SANTOS	PROFESSORA	SUPERIOR INCOMPLETO
EVANIR MOREIRA NUNES	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO

Fonte: Dados da Escola (2025).

PRÉDIO ESCOLAR DÉCIO AGRÁRIO DE CARVALHO

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
RAFAELA DOS SANTOS BRITO	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
NADJA DE JESUS CALAZANS	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
ANA PAULA SANTANA DE BRITO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	MÉDIO COMPLETO
JACIENE SANTOS LIMA	MERENDEIRA	MÉDIO COMPLETO
LUCIENE DA SILVA SANTANA	PROFESSORA	MÉDIO COMPLETO
ROSANGELA SANTOS MATIAS	PROFESSORA	SUPERIOR INCOMPLETO

Fonte: Dados da Escola (2025).

PREDIO ESCOLAR MARIA JOSÉ SILVEIRA		
NOME	**FUNÇÃO**	**FORMAÇÃO**
MARIA DAS GRAÇAS SANTOS PINTO	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
EVANIR MOREIRA NUNES	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
VALMIRA DO N. LOPES DA SILVA	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
TAILANE LIMA BASTOS	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
ELIANE SANTOS PERES	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO
JÔRLANIA NERY DOS SANTOS	PROFESSORA	SUPERIOR EM ANDAMENTO

Fonte: Dados da Escola (2025).

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função social: Missão, Visão e Valores

Função Social: A escola tem como papel social a tarefa de principalmente, encaminhar ações por meio de processos educativos que venham despertar o compromisso social dos indivíduos, das entidades e dos grupos sociais, objetivando fazer uma só aliança. Sendo capaz de promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo reinventado, através da criticidade e da participação.

Salienta-se ainda que os alunos serão provocados para lidar com as mudanças, aprenda a conviver, a fazer parcerias, a desenvolver a sua inteligência cognitiva como também a social e emocional, favorecendo a sua capacidade de trabalhar bem com as competências socioemocionais, como prevê a BNCC.

Missão: A escola é o local que deve servir aos interesses populares, garantindo a todos, um bom ensino e saberes básicos que reflitam na vida das crianças preparando-as para a vida adulta. Que todas as crianças possam desenvolver o melhor de si, aprender a viver, a criar e a produzir e reproduzir saberes, a relacionar-se com as diferenças.

A escola que queremos, almeja ser um local onde todos estejam comprometidos em educar as crianças com uma visão inovadora e participativa. Um espaço de interação e transformação social, que possibilite a aprendizagem, o

desenvolvimento cultural, trabalhe um currículo diversificado levando em conta o cotidiano dos que ali vivem, na construção da identidade da escola que os acolham, se identifiquem e dialoguem.

Visão: Para a realização de uma educação igualitária e participativa nas escolas do/para o campo é necessário propostas pedagógicas que valorizem a organização do ensino-aprendizagem, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação social, bem como a gestão democrática.

Valores: No Núcleo Regionalizado A, desenvolvemos um trabalho pautado na valorização do ser humano e no respeito às diferenças, incentivando um espírito de equipe no qual o trabalho é realizado de maneira conjunta com os professores, pais, membros da comunidade escolar, conselho escolar, bem como ações de projetos realizados através de parcerias com outros órgãos públicos, tais como: Secretária de Ação Social e Secretaria de Saúde. Visando auxiliar os educandos, nas soluções de problemas sociais, tornando-os atuantes de maneira diretiva, contribuindo assim na formação de uma sociedade mais justa.

Busca-se formar sujeitos autônomos, criativos, éticos, críticos e comprometidos com a sociedade em permanente transformação, que saiba realizar a leitura do tempo e do espaço onde estão inseridos, conseguindo se adaptar às diferentes realidades que a eles forem apresentadas.

1.1.2 Características e finalidades

Entendemos que, dentre as formas de organização da gestão, a perspectiva democrática apresenta-se coerente com os princípios norteadores das ações coletivas no Núcleo Regionalizado A, uma vez que promove a participação dos diferentes componentes da comunidade escolar nas decisões. A implementação da gestão democrática dentro de nossa instituição de ensino se dá por meio de diversos órgãos e expedientes que promovem a efetiva participação da comunidade escolar. É importante manter uma comunicação constante numa dimensão que favoreça as relações interpessoais, para isso faz-se necessário que os pais dos alunos ou responsáveis, juntamente com a comunidade em geral se integrem aos diversos espaços escolares, participando do processo educacional e das tomadas

de decisões que contribuem para o sucesso da educação.

Portanto, a finalidade da escola perpassa pela busca constante do ensino de qualidade, pela autonomia intelectual e social dos educados, considerando e respeitando a história de vida de cada ser, favorecendo o seu desenvolvimento biopsicossocial e preparando-o para o exercício da cidadania, fazendo com que os direitos de cada um seja respeitado, independente da classe social, religião, etnia, questões de gênero, tornando a escola um espaço de todos, onde se sintam acolhidos e respeitados em suas individualidades.

Neste contexto, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade escolar vejam-se corresponsáveis pela execução e acompanhamento das ações. Nos processos de gestão, é fundamental compreender que os sujeitos são agentes de mudanças.

> O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes (BRASIL, 2013, p. 49).

Os gestores e cada membro da comunidade escolar têm contribuições indispensáveis na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos colaboradores e a promoção de oportunidades para que todos se sintam parte da escola, identificando-se com seu trabalho e assumindo, de maneira responsável o desenvolvimento dos processos.

Para consolidar a Gestão Democrática na escola foram criados órgãos colegiados que se destinam a prestar assessoramento técnico pedagógico e administrativo. Sendo eles: Caixa Escolar, Conselho Escolar e Conselho de Classe. O Caixa escolar é uma unidade executora com personalidade jurídica sem fins lucrativos, onde existem regras próprias.

O gestor é responsável por gerir os recursos junto aos membros do conselho fiscal e deliberativo e toda comunidade escolar. Esse recurso financeiro é transferido pelo Programa Dinheiro Direto na Escola–PDDE, onde o objetivo é comprar os materiais necessários para um bom funcionamento visando melhorar a qualidade do

ensino.

O Conselho Escolar trata-se de uma estrutura em forma de colegiado, composta por representantes dos segmentos da comunidade, constituindo-se de discussões de caráter consultivo e/ou deliberativo. A implantação do Conselho Escolar permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada sendo o mesmo constituído da seguinte maneira: 1 Representante do corpo docente, 1 Representante de aluno, 1 Representante de pais de aluno, 1 Representante de servidor administrativo, 1 Representante da comunidade local. Todos esses segmentos têm um titular e um suplente, sendo que o Diretor da escola é caracterizado como membro nato. O Conselho reúne-se bimestralmente ou quando necessário para resolver problemas e fiscalizar o andamento dos projetos e recursos recebidos pelos programas que a escola aderiu.

Conselho de Classe – É um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógica, com atuação restritiva as turmas do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino/aprendizagem na relação professor/aluno e os procedimentos adequados a cada caso, observando o que está disposto no Regimento Escolar.

Assim, a escola que almeja realizar uma gestão coerente participativa com as finalidades que persegue deve criar um espaço de discussão coletiva com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela. Quando as finalidades da escola são construídas e definidas a partir de discussões realizadas no coletivo da comunidade escolar a possibilidade de atingi-las é maior, pois estas foram traçadas de acordo com os interesses da maioria da população.

Considerando que a escola está inserida em uma pequena comunidade, tanto no sentido geográfico como no sociocultural e sabendo que todos são responsáveis e tornando-se parte do processo educacional, desejamos tornar nossa comunidade cada vez mais cooperativa, participativa e atuante. Que se envolva com as atividades escolares e saiba usufruir dos recursos da mesma, de modo que possa aperfeiçoar seus conhecimentos e se sinta comprometida e parceira em prol do bem comum para as gerações de hoje e de amanhã.

1.2 LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

Escola Municipal Ovídio Balbino de Almeida

Os moradores da comunidade necessitavam de uma escola, pois as aulas eram ministradas em uma casa alugada pertencente à senhora Marizete Ferreira da Silva. Nessa perspectiva deu-se início a uma luta coletiva. Houve a concentração dos membros da comunidade na tentativa de conseguir a construção definitiva de um espaço. Estavam à frente dessa luta as Professoras Jocélia Ferreira da Silva e Maria José da Silva Ferreira, e as moradoras Lucila Balbino e Áurea Ferreira da Silva.

A Escola Ovídio Balbino de Almeida está situada na comunidade de Laje. E surgiu a partir de uma reivindicação de líderes dessa comunidade, que foram ao prefeito da época, o Senhor Ari Vieira de Santana Filho. O terreno para a construção da escola foi doado pelo Senhor Alcides, filho do Senhor Ovídio Balbino de Almeida que deu origem ao nome da escola.

A escola foi inaugurada em setembro de 1998, significando um avanço para a comunidade, pois o seu espaço tornou-se um local para reuniões e celebrações religiosas, encontros da Pastoral da Criança, reuniões do sindicato, dentre outros. Desde então a escola vem contribuindo para uma educação de qualidade, envolvendo toda a comunidade escolar e local.

Abaixo o quadro de organização da Escola Ovídio Balbino de Almeida no ano de 2025:

ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO BALBINO DE ALMEIDA ,	
GRUPOS	03,04, 05
SÉRIE	1ª e 2º, 3º e 4º e 5º
ESTÁGIO EJA	I e IV

Fonte: Dados da Escola (2025).

Prédio Escolar Maria José de Lima Silveira

A proposta da construção do Prédio Escolar aconteceu na gestão do Prefeito José Wood Mendes Vieira, o terreno para a construção foi doado pelo Senhor Benedito Modesto da Cruz e concluído na administração do prefeito Armando Sofia Brandão, sendo inaugurada no dia 7 de outubro de 1984.

O Prédio Escolar recebeu o nome de Maria José Silveira, em homenagem, por ela ter sido professora, diretora e Secretária de Educação do Estado. Em 2007 recebeu a medalha Maria Quitéria da Câmara Municipal de Salvador. Além dos cargos que ocupou na área educacional, também foi assessora política de João Durval Carneiro e seus filhos, João Henrique e Sergio Carneiro durante anos.

A referida escola é de fundamental importância para a população, por ser a única que oferta a Educação Infantil no povoado, servindo também como espaço para realização de eventos. Os principais eventos da escola são: festa do dia das crianças, dia das mães, comemoração do dia do estudante, e outras. Atualmente funciona somente a Educação Infantil.

Abaixo o quadro de organização do Prédio Escolar Maria José de Lima Silveira no ano de 2025:

PRÉDIO ESCOLAR MARIA JOSÉ DE LIMA SILVEIRA	
GRUPOS	02, 03, 04 e 05

Fonte: Dados da Escola (2025).

Prédio Escolar São José

O Prédio Escolar São José quando inaugurado chamava-se Prédio Escolar da Cajá. Com o passar dos anos, devido o padroeiro da comunidade se chamar São José e a capela está situada ao lado da escola, optou-se por tocar o nome da escola para Prédio Escola São José.

A escola nasceu da necessidade de se ter uma construção segura para as crianças estudarem, pois anteriormente as aulas aconteciam em um salão situado em uma casa da comunidade e posteriormente em um armazém velho. Em decorrência da falta de estrutura adequada a comunidade fez um abaixo assinado ao então prefeito, senhor Armando Sofia Brandão solicitando a construção de um Prédio escolar.

O terreno foi doado pela Igreja Católica por isso, recebeu o nome de São José em homenagem ao padroeiro da Comunidade de Cajá. Sendo inaugurada em 18 de Junho de 1987, na administração do Prefeito Armando Sofia Brandão. A escola é muito importante para a comunidade, pois seu espaço físico é usufruído pela comunidade em variados eventos. Atualmente funciona com a Educação Infantil e EJA sendo um espaço de grande importância para a comunidade.

Abaixo o quadro de organização do Prédio Escolar São José no ano de 2025:

PRÉDIO ESCOLAR SÃO JOSÉ	
GRUPOS	04, 05
ESTÁGIO EJA	I ao V

Fonte: Dados da Escola (2025).

Prédio Escolar Elói Caetano da Silva

O Prédio Escolar Elói Caetano da Silva fica localizado na Fazenda Massapê, nasceu de um sonho do senhor Álvaro Alves Moreira em ter uma escola na comunidade, devido ao grande número de crianças em idade escolar, pois, elas tinham que estudar em uma residência familiar ou se deslocarem para localidade vizinha. Movido por esse sonho, o senhor Álvaro Alves Moreira decidiu doar o terreno para que ocorresse a construção.

A escola foi construída na gestão do então Prefeito Armando Sofia Brandão, inaugurada, no dia 27 de outubro de 1985 e recebeu este nome para homenagear ao sogro do doador, o senhor Elói Caetano da Silva. A primeira professora foi à senhora Ediméia Santos Oliveira, que lecionou em turma multisseriada com 30 crianças. Atualmente funciona, Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, sendo um espaço de grande importância para a comunidade.

Abaixo o quadro de organização do Prédio Escolar Elói Caetano da Silva no ano de 2025:

PRÉDIO ELÓI CAETANO DA SILVA	
GRUPOS	02, e 03,04, 05
SÉRIE	1ª e 2º, 3º e 4º
ESTÁGIO EJA	I eV

Fonte: Dados da Escola (2025).

Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho

O Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho localizado na fazenda Jacobina, nasceu da necessidade dos moradores, pois eles estudavam nas casas cedidas pelos próprios professores, não tendo ainda um espaço de acolhimento e estudos público.

De acordo com Ivani Lobo Freitas umas das primeiras professoras do Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho, os alunos tinham vontade de estudar, eram turmas com mais de trinta alunos, formando assim grupos de estudos funcionando em uma residência, eram muitos alunos e pouco espaço.

Um senhor residente na própria comunidade percebeu a necessidade de conseguir um espaço mais arejado, com cadeiras, mesas quadro, pois para se deslocarem para outras localidades seria mais complicado. Comovido pela situação e sonhando em ter esse espaço em sua comunidade ele fez a doação do terreno.

O terreno foi cedido pelo senhor Ventura Lima que fez a doação do terreno na certeza que seus filhos, netos bisnetos ali construiriam histórias, passando assim as gerações seguintes. A escola foi construída na gestão do então Prefeito Armando Sofia Brandão, e inaugurada em dezembro do ano de 1985.

O nome da escola Décio foi escolhido pelos políticos da época que com pouco conhecimento resolveram homenagear um fazendeiro que residia vizinho da escola. Atualmente a escola atende muitos alunos, sendo turmas do Ensino Fundamental e EJA a turma do Projeto Educação Popular.

Abaixo o quadro de organização do Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho no ano de 2025:

PRÉDIO ESCOLAR DÉRCIO AGRÁRIO DE CARVALHO	
SÉRIE	1º e 2º
SERIE	3º E 4º
ESTÁGIO EJA	II IV e V

Fonte: Dados da Escola (2025).

1.3 DIAGNÓSTICO ATUAL

1.3.1 Avaliação Institucional

Compreendemos que as avaliações institucionais nessas unidades escolares, ultrapassam o limite das exposições dos resultados estudantis, propondo-se a mapear mais detalhadamente sobre a condição da escola pública, no que se refere à aprendizagem. Também esses mecanismos avaliativos buscam compreender as condições de cada aluno individualmente e do conjunto das turmas e os caminhos pedagógicos aos quais possibilite como premissa de qualidade de uma escola, que busque garantir a todos não apenas o acesso e permanência, mas, sobretudo, a aprendizagem de qualidade.

A avaliação institucional se constitui como elemento essencial para o desenvolvimento da unidade enquanto instituição de ensino. É um instrumento no qual são colhidas informações que ajudarão no processo contínuo de acompanhamento das escolas, quer seja para a manutenção, que seja para efetuar mudanças, se assim julgarmos necessário. Entendendo que, tanto uma como outra tem como ponto futuro a formação do corpo discente. Oferecendo um espaço que possa favorecer o ensino e a aprendizagem dos que ali se encontram.

Segundo o DCRB (2022), a avaliação institucional se constitui como

> Um instrumento de conhecimento do contexto e da necessidade da instituição escolar tem como objeto a escola na sua totalidade ou o seu processo pedagógico, e deve ser realizada internamente pelo coletivo da escola, envolvendo todos os atores que fazem parte do processo (funcionários, professores, gestores, comunidades, pais e estudantes) é um processo de acompanhamento das atividades desenvolvidas em instituições de ensino, com o objetivo de promover a melhoria contínua da aprendizagem para o progresso dos estudantes, durante a escolarização, pelo aprimoramento da ação pedagógica. (DCRB, 2022, p. 101).

A avaliação institucional pode se dá por via escrita ou oral (ouvidoria), como também por meio dos emissários do conselho que representam cada setor das unidades escolares. Sendo que essa avaliação pode ser realizada sempre que for oportuna (por membros internos ou externos – comunidade local), e nas reuniões de pais e do conselho. A partir de então, toda informação colhida será analisada pela

gestão escolar e posta em votação, para a partir daí buscar meios que possam tornar concretas as realidades sugeridas.

O DCRB citando Krug, diz que: “A avaliação não é um fim em si mesmo; é um processo permanente de reflexão e ação, entendido como constante diagnóstico, buscando abranger todos os aspectos que envolvem o aperfeiçoamento da prática sócio-política pedagógica” (DCRB, p. 102)

Assim, a avaliação não pode estagnar naquilo que é discutido, refletido enquanto avaliação, uma vez que, o intuito dela é proporcionar melhorias em algum setor que necessite de ajustes e/ou melhorias. Toda avaliação deverá ser realizada tendo em vista as reais necessidades tanto da unidade escolar como dos estudantes.

Entendemos avaliação como processo amplo, contínuo e que envolve vários instrumentos metodológicos, possibilitando diagnosticar, perceber o nível em que os educandos se encontram e assim traçar metas para melhorias ou avanços necessários que proporcione um trabalho “com foco no desenvolvimento de competências e habilidades” (DCRB, 2019, p. 102).

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

Ser humano: O Conhecimento humano está sujeito aos diversos referenciais, sendo esclarecido diferentemente em sua origem e ampliação, o que condiciona considerações diversas de homem, cultura, sociedade, mundo, educação etc. Dentro de um mesmo referencial, é possível haver abordagens distintas, mas de extrema importância no processo educacional ao qual se defende praticar.

A escola enxerga o desenvolvimento integral do ser humano, o que significa considerar não apenas seus sentimentos e intelecto, mas também a forma como este age e interage na sociedade a qual está inserido, relacionando-se com o outro em contextos variados, de forma crítica, e participativa, de modo a interferir e provocar mudanças nesses ambientes.

O intuito da educação proporcionada pelo Núcleo Regionalizado A é formar sujeitos que sejam indivíduos ativos. Entendendo que, o sujeito ativo é aquele que não somente absorve aquilo que a sociedade lhe apresenta, mas, sobretudo, coloca em cheque, estabelecendo uma análise crítica de toda situação a qual lhe é apresentada como verdade, ou até mesmo, verdade absoluta. Assim, aquele que age de tal maneira, tende a ser sujeito da sua história e não mero observador dela.

Dessa forma as escolas do Núcleo Regionalizado A, buscam preparar e formar as novas gerações, promovendo-as em seu desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social e cultural. Para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde as pessoas possam lutar e buscar pela melhoria da qualidade de vida e assim conquistar seus direitos.

Portanto, através dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida, sejam eles: científicos, filosóficos, teológicos, empíricos ou outros, os seres humanos podem se preparar para assumirem seus compromissos e projetos de vida, adentrando no mercado de trabalho, na faculdade e buscando novos conhecimentos, novas habilidades.

Sociedade e Cultura: O ser humano por ser um ser social, que agrega normas, possui laços familiares, em seus pares e em sociedade, produz novos

conhecimentos mantendo influências uns na vida dos outros, com isso desenvolve um contexto multicultural, onde temos regras, padrões, crenças, valores, identidades muito diferenciadas. Assim, a cultura torna-se um processo de “intercâmbio” entre indivíduos, grupos sociais.

Quando o ser humano utiliza a linguagem ele se encontra no processo cultural, sendo que essa cultura ela poder ser criada ou mantida, cada comunidade, região ou cidade mantém o seu modo de vida, seus costumes, manifestações culturais e artísticas. Pois, a cultura faz parte de conjuntos integrados de características que são expressas pelos sujeitos em determinados meios. Sendo assim, a ideia de sociedade dentro do Projeto Político Pedagógico é tida como conjunto de seres humanos que convivem de forma organizada, que fazem parte de um determinado grupo.

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

A formação Integral proporcionada pelo Núcleo Regionalizado A, busca a cooperação de todos os que compõem as unidades escolares, para que assim, os alunos sejam contemplados em seus aspectos intelectual, físico, emocional, social e cognitivo. Desse modo, a ampliação das práticas de diálogo se torna essenciais para favorecer desde cedo o desenvolvimento dos educandos em sua totalidade, contemplando todas as dimensões educativas.

Tendo em vista essa realidade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) manifesta claramente, o seu compromisso com a educação integral e o trabalho com as relações humanas de forma mais ampla, enfatizando que:

> [...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).

Assim como a BNCC, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante que a criança e o adolescente tenham a sua formação de modo integral. O ECA no capítulo IV (quatro) Art. 53 diz que “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Logo, é necessário pensar uma prática pedagógica comprometida com ações que possam englobar os diferentes aspectos de formação do indivíduo, compreendendo suas necessidades, possibilidades e desejos, buscando sempre um diálogo entre os componentes curriculares, para que assim, os educandos possam ter uma visão do todo e das partes.

Por isso, o Núcleo Regionalizado A, acredita na qualidade do ensino através da valorização do ser humano, através de projetos e incentivo à leitura, de forma reflexiva e crítica. Considerando o aluno, como sujeito de sua própria aprendizagem, onde o conhecimento é construído progressivamente por ele.

A organização do trabalho escolar baseia-se no prazer de conhecer e descobrir, o que estimula o desenvolvimento da autonomia de nossos alunos. Portanto, importa afirmar que a formação docente torna-se pressuposto fundamental para compreender a complexidade das crianças da Educação Infantil e proporcionar uma educação de qualidade com condições efetivas para que elas aprendam e se desenvolvam o que refletirá mais positivamente nas etapas seguintes.

A nossa instituição propõe trabalhar com a formação do sujeito de forma clara, participativa, contextualizada, levando em consideração os saberes prévios dos discentes, respeitando a realidade em que vivem, bem como a sua história de vida, desenvolvendo atividades que facilitem a aprendizagem, tornando-os seres autônomos em seu processo histórico e educacional.

2.3. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

Ciência e Tecnologia: A ciência atualmente se constitui como campo do saber que transita por várias áreas de conhecimentos, uma vez que essa vem acompanhada da tecnologia. Ciências e Tecnologias são duas asas do conhecimento que ajudam o ser humano no desenvolvimento das suas atividades

trabalhistas. Majoritariamente, o trabalho desenvolvido pelo ser humano, direta ou indiretamente, faz-se presente a necessidade do uso ou de tecnologia ou da ciência.

Nas unidades escolares, todos os saberes são importantes. Parafraseando Paulo Freire, poderia se dizer que não há saber maior ou menor, menos ou mais importantes, há saberes diferentes, vistos de ponto de vistas diferentes, mas que se complementam e se esclarecem. Existe o saber trazido pelo estudante, que é chamado de conhecimentos prévios, os quais podem ser classificados, a certo ponto, a depender do contexto como “senso comum”, o qual muitas vezes é complementado ou explicado cientificamente pelo conhecimento teórico-científico.

As nossas escolas buscam trabalhar a questão científica de acordo com a nossa realidade e dos nossos alunos. O fato de nossos alunos serem todos da zona rural, trabalhamos com experiências nas zonas próximas de suas vivências, com plantas da região, sementes que são cultivadas pelos familiares, hortaliças etc., juntamente com a observação do clima e do solo.

A tecnologia é fundamental para a vida da escola. Por vezes, pode-se chegar a pensar que uma escola que não possui um laboratório de ciências ou um laboratório de informática não possua tecnologia, contudo, não se pode entender dessa maneira. Muito do que é utilizado nas escolas é proveniente da tecnologia, desde o pincel usado para escrever no quadro branco ao uso da data show para exposição de vídeos, imagens etc., o uso de computadores em pesquisas, as impressoras, todas essas realidades são essenciais para o desenvolvimento das unidades escolares.

Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos que nossos alunos sempre tenham o contato com a tecnologia. Pedimos para que usem os celulares dos seus pais ou responsáveis para realizarem pesquisas, utilizamos data show em algumas aulas, materiais impressos, caixa de som, microfone dentre outros, ressaltamos a importância das tecnologias e o cuidado que devemos ter com o uso moderado de alguns aparelhos.

Contudo, as unidades escolares do Núcleo Regionalizado A, em relação ao uso da tecnologia por parte dos alunos é uma realidade quase inexistente, sendo que poucos alunos possuem aparelhos tecnológicos como celulares e computadores, na sua grande maioria quando esses têm acesso a esses aparelhos,

eles pertencem aos pais e/ou responsáveis. Porém, não nos abstemos de deixá-los ciente da existência das mais diversas tecnologias.

Trabalho: O trabalho é tido de modo prioritário como o meio que proporciona garantia de vida. Entendendo que, é por meio da realidade trabalhista que o indivíduo garante o seu sustento, “por meio do trabalho o homem garante sua sobrevivência e constrói seu meio de vida, afirmando que o trabalho existirá enquanto o próprio ser humano existir (FELIPPE, 2019, p. 23).

> [...] o trabalho é uma relação peculiar entre homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, e que se concretiza através dos instrumentos de trabalho, sendo esses mediadores entre o homem e a natureza. [...], o trabalho se confunde com um processo de transformação; pois, no que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, além do que, a ele, revela-se a relação social existente em que se dá sua produção (OLIVEIRA; SANTOS & CRUZ, 2007, p. 2).

O ser humano nesse sentido desenvolve o seu trabalho tanto para si quanto para o outro. O trabalho não pode ser compreendido como uma prática individualista, por mais que aquele que o desenvolva vise o seu bem estar, sempre a atividade desenvolvida é em prol de alguém, direta ou indiretamente.

Nas nossas escolas buscamos desenvolver um trabalho baseado na parceria entre os setores e as pessoas, de modo que, todos se sintam responsáveis por cada unidade escolar em que atua. Buscamos deixar claro que todos são educadores, independente da função assumida, cada um é chamado a colaborar na construção da formação dos discentes.

Aqueles que hoje são beneficiados com o trabalho dos educadores, isto é, os educandos e a sociedade em geral, são preparados para que em breve estejam também inseridos no mercado de trabalho. Para isso é necessário que haja uma formação que atenda todas as perspectivas e integralidade dos sujeitos, ressaltando dentro do campo dos valores a importância de conquistar o seu espaço na sociedade, enquanto sujeito de direitos e deveres para com essa mesma sociedade.

Entendendo que, nem sempre se faz necessário que o indivíduo se retire do seu ambiente comunitário para buscar oportunidade de emprego em outros lugares. Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos incentivar nossos educandos a valorizarem as oportunidades que a região tem a oferecer, como é o caso da produção agrícola, a pecuária etc.

2.4. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de currículo a ser desenvolvido a partir do Núcleo Regionalizado A, busca contribuir para a construção de uma sociedade democrática, que seja inclusiva, com um olhar justo visando autonomia do ser humano de modo integral.

Dessa maneira, o Núcleo Regionalizado A, busca desenvolver em suas unidades escolares o desenvolvimento humano dos seus educandos de modo integral, a partir daquilo que é proposto pelas diretrizes municipais. Buscamos assim, uma uniformidade com toda a rede municipal de ensino, para a construção de uma sociedade com sujeitos autônomos.

A Rede Municipal de Ensino estabeleceu em seu documento curricular que:

> Desde a implantação do Ensino Fundamental de 09 Anos, a política curricular já vinha sendo refletida no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. A Portaria SEC Nº 002/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, estabeleceu:
> O currículo para os 09 anos do Ensino Fundamental deverá garantir às crianças e adolescentes:
> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
> III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
> IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.
> (Art. 13 da Portaria SEC Nº 002/2010).

Dessa forma, pode-se perceber que existem instâncias dentro do currículo que são essenciais para a formação do ser humano: a escola, a partir dos conhecimentos teóricos e metodológicos; a sociedade a partir das artes, política, economia e seus valores éticos e morais e por fim, a família com os laços afetivos, respeito, empatia e solidariedade.

Todo currículo é feito por pessoas para pessoas. Nossas escolas, a partir dos nossos educadores objetivam por meio do currículo trazer para os nossos educandos as realidades que fazem parte do âmbito nacional, estadual e municipal. No nacional eles têm uma visão do todo, no estadual percebem como se dá, no âmbito regional e o municipal são as vivências dos alunos experienciadas no dia a dia.

O Documento Curricular Referencial Municipal (2022), citando Sacristán diz que:

> O currículo age como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmitem e impõem regras, normas e uma ordem que são determinantes (ANGUERA, p.26, 2022 apud SACRISTAN, 2013, p.18).

Percebe-se que o Currículo é fator fundamental na vida de toda e qualquer unidade escolar, pois, é ele que irá influenciar no modo de pensar, ver e agir daqueles que estão sendo formados com base nesse currículo. O currículo é então esse instrumento de mediação dos conhecimentos, os trazidos pelo educando e os ofertados pela unidade escolar. O educador, portanto, tem a função de mediador, fazer a conexão/junção de ambos os saberes para o crescimento daquele que o recebe, isto é, o estudante.

Nas unidades de ensino, as questões morais, éticas e valorais se fazem mais perto do corpo estudantil. Assim, nós do Núcleo Regionalizado A, prezamos por um currículo que possa não somente direcionar a prática pedagógica de ensino, em vias de conhecimento, mas também de valores. Valores esses que irão nortear a vida desses que hoje já são cidadãos e que já influencia a sociedade com suas ações.
Entendemos que o respeito, a empatia, o cuidado, o olhar atento às necessidades daqueles que estão inseridos no mesmo ambiente é extremamente necessário para entendimento da sociedade. Portanto, nós do Núcleo Regionalizado A, juntamente com aquilo que pede as orientações curriculares (BNCC, DCRB, DCRM), prezamos pela formação integral do ser humano buscando formá-lo em todas as suas instâncias. Para isso, faz-se necessário um olhar para o todo do sujeito, isto é, não o perceber de forma fragmentada.

2.5. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Gestão Democrática: As escolas do Núcleo Regionalizado A, procuram de forma transparente agregar pessoas, incluindo a participação ativa de todos os segmentos. Cabe a gestão escolar gerir ou administrar, tomar decisões pensando sempre nas demandas no que a escola possui e necessita de fato, para assim

convocar as pessoas que fazem parte do conselho para juntos encontramos os meios mais eficientes para se chegar a um denominador comum.

O gestor escolar é a peça fundamental dentro do processo educacional, pois cabe a ele tomar as decisões seja de cunho pedagógico ou administrativo. A concepção defendida de gestão democrática no PPP do Núcleo Regionalizado A, assim como na Rede Municipal e nos documentos referencias curriculares, inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a oferecer uma melhor qualidade para todos os alunos.

Fazer a Gestão Democrática não é só inserir as pessoas no dia a dia da escola, mas torná-las participativo nas tomadas de decisões, sendo assim, os conselhos escolares passam a ser uma alternativa para a concretização das ações que envolvam a democracia dentro das escolas. Formado por vários segmentos, professores, direção, funcionários, pais e a comunidade local.

Dessa forma fica entendido que a gestão democrática não é um processo fácil, mas algo que possa ser discutido, analisado e colocado em prática. No Núcleo Regionalizado A, as decisões de cunho financeiro, administrativo e pedagógico, são tratadas e analisadas nas reuniões dos conselhos escolares, tendo a participação de todos os segmentos ali representados.

2.6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o instrumento onde deve conter todas as diretrizes indicadoras de como a pesquisa/estudo, busca do conhecimento deve acontecer. Por isso é de suma importância que o PPP traga traçado caminhos que possibilite aos educandos um contato concreto com o mundo do saber, atrelado aos conhecimentos prévios daqueles que serão conduzidos por este documento.

“A palavra ‘pesquisa’ deriva do latim ‘*perquirere*’ que significa “busca com afinco”. Busca-se aquilo que não se sabe a resposta, nesta perspectiva, pesquisar assume o sentido de investigar” (FELIPE, 2019, p. 19). A pesquisa é parte constitutiva, essencial e porque não dizer, vital na vida do profissional de educação.

A educação é feita de saberes, a construção do saber se dá por via da pesquisa, é a busca pelo conhecimento que enriquece cada vez mais não só o saber teórico do educador, mas, sobretudo o saber fazer, a parte empírica da prática pedagógica. O saber irá possibilitar novas manobras de ensino, soluções, mecanismos diferenciados que fujam da mesmice e possibilite ao aprendiz um novo olhar sobre o teórico que está sendo apresentado.

Entendemos, portanto, que o educador não pode se equiparar a um fotocopiadora, isto é, reproduzir apenas aquilo que já está pronto, como uma pessoa copista, que não reflete sobre a situação posta, mas somente reproduz, sem exercer assim práticas pedagógicas investigativas que possa possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, proporcionando a reconstrução do saber por meio da reflexão. Assim, é preciso ter “a pesquisa como caminho didático e investigativo, por meio do qual a aprendizagem é orientada para a autonomia do aluno” (FREIBERGER, BERBEL, 2010, p.19).

Ensino e pesquisa se equiparam a uma “faca de dois gumes”, não dá para ensinar sem pesquisar. A partir do momento em que nos submetemos ao ensino, automaticamente nos comprometemos com a pesquisa. Assim, a proposta da educação do Núcleo Regionalizado A, é de uma educação que forme sujeitos competentes, com autonomia intelectual, que não aceite passivamente as realidades impostas.

Os documentos curriculares anguerense assinalam a importância da pesquisa para o desenvolvimento da prática pedagógica. Os mesmos veem a pesquisa como um facilitador do trabalho que é executado na atualidade. Atualmente a tecnologia tem favorecido o acesso à informação, possibilitando a realização de pesquisa e criação de novos conteúdos.

> Nunca os meios para pesquisar, produzir e circular conhecimento estiveram tão disponíveis para tanta gente; e isso se transforma em oportunidades educativas, pois “as tecnologias digitais propiciam possibilidades de interação, de autoexpressão e de autoria nunca antes experimentadas” (DCRB, 2022, p. 93).

São muitas as possibilidades proporcionadas quando se está inserido em um espaço conhecimento, são portas que se abrem ao novo e ao diferente que aos poucos passam a se tornarem conhecidas.

A escola precisa ser um celeiro que faz brotar o gosto pela pesquisa, pelo conhecimento, pelo saber. Mas não o saber pelo saber, mas um conhecimento que transforme e faça sentido para a vida dos educandos, que lhes possibilitem crescer em ambição de se tornarem aquilo que desde já, vem sendo construído por meio do conhecimento.

A partir do momento em que a escola se consolida como espaço de pesquisa, o ensino aprendizagem passa a se desenvolver de maneira natural. Nós do Núcleo Regionalizado A não disponibilizamos de um ambiente de pesquisa adequado que possibilite aos estudantes realizarem pesquisas por meios digitais, contudo, fazemos pesquisa de campo, observando a natureza, o desenvolver de sementes, observação do solo, do relevo, como também em livros didáticos disponibilizados pelas unidades escolares.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

O trabalho pode ser compreendido enquanto modalidade formativa do indivíduo, uma vez que, para desenvolver atividade trabalhista, tendo em vista a nossa realidade que majoritariamente é de agricultura familiar, para o manejo da terra é preciso conhecer, educar-se, formar-se para melhor desenvolver os trabalhos realizados. O que favorecerá a formação do indivíduo como um todo. Percebendo o seu lugar na sociedade enquanto pessoa que atua no mercado ajudando a desenvolver o local onde está inserido.

Dessa maneira, nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos incentivar nossos alunos a valorizarem as atividades desenvolvidas pelos seus pais, a agricultura familiar, contudo, que eles por meio dos estudos possam aprimorar as técnicas aplicadas nesse meio para um melhor rendimento da produtividade realizado pelos pais. Assim, o trabalho fará com que eles busquem novos conhecimento, formando-se e tornarem-se emancipados, isto é, livres e independentes.

Para isso é preciso que a prática pedagógica escolar esteja voltada para uma educação que possibilite o aluno a pensar sobre a sua comunidade, uma prática pedagógica a qual seja contextualizada, onde o aluno se veja e se reconheça como sujeito do estudo. Deseja-se que ele identifique que o espaço estudado é o mesmo

onde ele está imerso, reconhecendo espaço e objetos trabalhados nos componentes curriculares.

2.6.3. O respeito à diversidade

O ser humano é diverso. Todos nós possuímos características diferentes, sejam elas físicas, de personalidade, etnia, escolha da religião, a cultura que adotamos, relações de gênero e sexualidade, ou seja, todas essas realidades precisam ser precedidas do respeito. Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos trabalhar com a comunidade escolar como o todo, o respeito à diversidade por meio de conversas em momentos oportunos, palestras, transmitindo para eles a importância de respeitar e acolher as diferenças encontradas em cada pessoa.

Nas nossas unidades escolares buscamos a conscientização dos nossos alunos desde sempre, ressaltando a importância do respeito ao diferente, de não colocar apelidos nos colegas, de chamar a todos pelo nome, pois o apelido pode mexer com o emocional e a autoestima dos alunos podendo vir a prejudicá-lo no desempenho da aprendizagem.

Percebemos que alguns componentes curriculares ajudam no desenvolvimento do consciente dos alunos no tocante a diversidade. O componente curricular de Língua Portuguesa, História, Ensino Religioso e Ciências percebe-se ser os mais explorados para esse fim. Em Língua Portuguesa pela infinidade de textos que podem ser trabalhados nos mais diversos campos da diversidade; em História, através dos fatos históricos e em Ensino Religioso dentro da própria perspectiva da religiosidade que ainda existe muito preconceito e desrespeito por parte de pessoas que vivenciam as religiões.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O Núcleo Regionalizado A, busca realizar projetos que visam resgatar valores éticos e culturais importantes. Nas atividades são utilizados diferentes recursos lúdicos: jogo de encaixe, brinquedos, livros infantis, brincadeiras, cartazes informativos que contribuem para o desempenho individual e coletivo dos alunos, tudo aliado à tecnologia, a qual é algo que já está presente no dia a dia dos alunos (não como recurso oferecido pela escola diretamente aos mesmos, mas por meios dos pais/responsáveis no ambiente familiar e na sala de aula, por meio dos professores).

Sendo assim, a tecnologia está inserida no nosso trabalho pedagógico, desde os grupos de Whatsapp criados pelos professores como meio de comunicação e interação entre a família e escola, como também a utilização de vídeos entre outros. Dessa forma possibilita o estímulo a aprendizagem, como por exemplo, o trabalho com gêneros textuais e outras atividades que são utilizados recursos digitais e tecnológicos.

Logo, o trabalho em equipe flui de maneira bastante significativa, também por meio da mediação do coordenador pedagógico que, dentre outras funções, atua como articulador desse processo, é uma peça chave que contribui na tomada de decisões entre família, educadores e gestão, exerce um papel de suma importância de referência para alunos e corpo docente. Consideramos que, é necessário ter intenções pedagógicas e planejamento pautados no funcionamento do corpo escolar, para atingir as metas colocadas.

3.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

As Escolas do Núcleo Regionalizado A, visam valoriza os conhecimentos e ideias prévias dos alunos tornanado-os protagonista do seu próprio conhecimento partindo deste pressuposto está alinhada com a Aprendizagem Significativa e as Tendências Pedagógicas Histórico-Crítica visto que procura despertar a atividade e

atitude do educador no sentido de incentivá-lo a buscar o diálogo entre os educandos e demais representantes da comunidade escolar, levando em conta os conhecimentos prévios, experiências históricas, tendo o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem, está alinhada também a **Corrente Pedagógica Libertadora:** Essa tendência atrela a educação à luta e organização da classe do oprimido, e está centralizada nas discussões sobre temas sociais e políticos em que o professor mediará atividades atuando juntamente com os alunos, visa a conscientização e transformação social através do diálogo e da análise crítica da realidade buscando a emancipação do indivíduo e a sua participação ativa na construção de uma sociedade mais justa.

3.3. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação é algo que está sempre presente no processo de aprendizagem, desse modo são fundamentais que seja favorável aos métodos de ensino contribuindo para a educação como mecanismo de transformação social, sendo assim o ato de avaliar como diagnóstico irá orientar a prática pedagógica e auxiliar o educando no processo de desenvolvimento das competências e habilidades.

A avaliação como diagnóstico favorece a aprendizagem por meio da observação, geralmente ela é aplicada no início de cada ano letivo e consequentemente por etapas, permitindo que sejam verificados os conhecimentos prévios dos alunos. Nesse sentindo o planejamento do professor deve ser flexível.

A avaliação somativa é a união de uma ou mais atividades selecionadas pelos professores como, por exemplo, registros, avaliações e atividades com pesos específicos, a formativa é aquela que potencializa uma ação mediadora, que caminha junto com o aluno despertando habilidades e possibilidades de saberes.

Desse modo a avaliação passa a ser um instrumento de análise de todo o processo de ensino aprendizagem, que decorre dos registros do professor, das observações, das reflexões, dos planejamentos e das experiências vivenciadas na prática pedagógica.

Dessa forma, as escolas que fazem parte do Núcleo Regionalizado A estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Etapa da Educação

Infantil:

Registros diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter a memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- ✓ Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- ✓ Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- ✓ Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- ✓ Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05)

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final do primeiro semestre a escola realiza um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”. Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e

Grace (2001, p. 43) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança”. Sendo assim, nele devem constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil destacaremos os seguintes:

Portfólio de aprendizagem: Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos. Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

Relatório individual: Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve está atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

No Ensino Fundamental o ato de avaliar ocorre das seguintes maneiras, processuais e continua, na avaliação continua avaliamos no dia a dia o desempenho

dos alunos, as conquistas para o avanço na aprendizagem significativa e também fazendo a auto - avaliação do trabalho que está sendo desenvolvido, bem como suas contribuições favoráveis ou não para a aprendizagem, quanto a processual ocorre em três períodos denominados por etapas, tendo como objetivo diagnosticar as competências e habilidades desenvolvidas, sendo assim irá contribuir para elaboração dos planejamentos seguintes posteriores aquela etapa.

A avaliação somativa é a união de uma ou mais atividades selecionadas pelos professores como, por exemplo, registros, avaliações e atividades com pesos específicos, a formativa é aquela que potencializa uma ação mediadora, que caminha junto com o aluno despertando habilidades e possibilidades de saberes. Desse modo a avaliação passa a ser um instrumento de análise de todo o processo de ensino aprendizagem, que decorre dos registros do professor, das observações, das reflexões, dos planejamentos e das experiências vivenciadas na prática pedagógica.

3.4. RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM

A recomposição da aprendizagem desenvolvidas nas escolas que compoem o Núcleo Regionalizado A funciona com ações conjuntas entre secretarias de educação, gestores e professores que se preocupam em identificar possíveis falhas, os conteúdos essenciais são adaptados as práticas pedagógicas, focando no acolhimento dos alunos, nas habilidades estruturantes e no acompanhamento contínuo, para prática, realizam-se avaliações e atividades focadas nos objetos do conhecimentos e habilidades que não foram adquiridas pelos educandos, as recomposições da aprendizagem são aplicadas sempre que um educador ou a escola identificam a necessidade de um estudante ou de uma turma de recuperar conhecimentos ou habilidades não desenvolvidas.

3.5. OS TEMAS INTEGRADORES

A educação é um direito garantido por lei para todo cidadão brasileiro, seja criança, adolescente, jovem ou adulto. A formação da pessoa não se dá somente em uma perspectiva ou área, mas busca-se formar o ser humano em sua totalidade, de modo integral, para que assim ele possa viver em sociedade tendo ciência das diversas instâncias que ele está circundado.

Educação em Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento que viabiliza e assegura que cada pessoa tenha garantido os seus direitos. “Ela consiste no principal documento internacional norteador e disciplinador dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana” (DCRM, 2022, p.45).

O conhecimento gera autonomia, o sujeito que conhece tende a ser um indivíduo que “pensa por conta própria”, que analisa os dados e coloca em xeque as realidades. Para que o indivíduo se reconheça como sujeito de direito e deveres, é preciso antes conhecer quais são os direitos e quais são os deveres. Isso se dá de modo processual, gradativo, não instantâneo, iminente. Direitos humanos - temas integradores.

É essencial que toda pessoa tenha conhecimento dos seus direitos e deveres. Os direitos humanos se constituem como direitos inerentes aos seres humanos. Assim, entendemos que todo estudante deve ter conhecimentos dos documentos que regem os seus direitos, sabendo dessa necessidade, procuramos trabalhar esses direitos dentro de textos dos componentes curriculares que são estudados pelo nosso alunado.

Entendendo que o acesso a esses documentos de maneira integral por parte dos alunos, é difícil de acontecer, procuramos fazer com que o contato deles com tais documentos venham a ser dado por vias secundárias, como momentos formativos, palestras, trabalhos que são apresentados por eles em forma de seminário sobre temas que estão ligados a alguns componentes curriculares e a exposição por parte dos professores em suas aulas.

Assim, através do estudo de textos que sinalizam os direitos humanos, buscamos conscientizar nosso alunado da importância de estarem sabedores

desses direitos e como podem estar cobrando quando necessário o que pode acontecer dentro da própria realidade estudantil.

Educação para a Diversidade

A diversidade é um tema que se faz presente nas mais diversas instâncias da sociedade, seja na escola, política, meio acadêmico, mídias e redes sociais, dessa maneira, não se pode conceder o direito de não discorrer sobre este tema, uma vez que o nosso público escolar também é diverso.

As comunidades que formam as nossas unidades escolares, embora façam parte do mesmo município, possuem suas particularidades, como também pontos em comum. Quando nossos professores constroem seus planos de aulas, selecionamos pontos da realidade local educando.

A diversidade abrange uma gama de temas que podem ser trabalhados nas unidades escolares, temas como sexualidade, que pode ser trabalhado dentro das próprias aulas, ou em momentos específicos, como palestras, conversas etc., também buscamos trabalhar outros temas que estão inclusos na questão da diversidade, como a autoaceitação da etnia. Muitas crianças ainda respondem “morena” ao invés de preto, tendo percebido isso, buscamos trabalhar a conscientização identitária através de conversas, contação de histórias que trazem personagens que se autoafirmam como preto, ou personagens históricos que também fazem essa afirmação.

A partir dessas apresentações teóricas solicitamos que os alunos realizem produções escritas sobre elas, identificando pontos em comum entre os personagens históricos e eles, as suas comunidades, para que possam se perceber como “construtores” da história e a importância que seus semelhantes tiveram na construção da mesma.

Educação para o Trânsito

O trânsito é uma realidade existente em todas as cidades seja ela uma metrópole ou um pequeno município. Assim, entende-se que a educação para o trânsito é algo essencial, pois ajudará as pessoas a se portarem em meio às situações ocasionadas no trânsito, as quais tem sido um fator muito discutido nos últimos tempos, principalmente por conta do alto índice de violência que tem acontecido.

Em nosso município, temos um trânsito tranquilo, não tem altos indicadores de violência ocorridos, contudo, não se pode deixar de conscientizar as pessoas sobre a importância de saber lidar com as situações ocorridas nesse meio, uma vez que, essas mesmas pessoas que trafegam em nosso município, também se deslocam para outras cidades nas quais o trânsito é bem mais intenso com pessoas com diferentes comportamentos.

Estamos sempre oportunizando aos educando aulas dialógicas, reflexivas, nas quais os mesmos expõem suas opiniões, enfatizando o tema trânsito e fomentando discussão, assim, foram desenvolvidas aulas teóricas e práticas, com demonstrações de semáforos, faixas de pedestres, construções de meios de transportes e sinaleiras, onde os mesmos construíram com ajuda da professora, a atividade bastante enriquecedora objetivando conscientizar nossos alunos para que se tornem agentes multiplicadores de ações educativas e escolhas positivas no trânsito em seu convívio social.

A educação para o trânsito tem o objetivo de estimular no educando hábitos e comportamentos seguros, transformando o conhecimento em ação, por meio de observação, vivências e situações encontradas no seu dia a dia, bem como a interpretação crítica do mundo onde vive, interferindo no meio social.

Dessa maneira, entendemos que uma consciência sobre o trânsito se faz necessário, independentemente da amplitude que tenha o município, para que se tenha a preservação da vida por meio da diminuição do número de acidentes. Por isso, nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos conscientizar aqueles que fazem parte das nossas escolas para que no futuro próximo seja adultos conscientes de como devem se portar no trânsito.

Saúde na Escola

Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos conscientizar nossos alunos de que a saúde é direito de todos e dever do Estado, que devem ser garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Assim, entendemos que a vida vem sempre em primeira instância e em consequência dessa realidade, precisa-se de meios que venham garantir que essa

saúde seja preservada e assim garantir o prolongamento da vida.

Desde muito cedo buscamos trabalhar com nossas crianças a importância do cuidado com a saúde. Nossas escolas ofertam ensino desde a Educação Infantil até o EJA e trabalhamos a importância de uma alimentação saudável, cuidados com o corpo, atividade física entre outros. Algumas escolas possuem pequenos plantios com uma ou outra hortaliça, as quais foram plantadas pelos próprios alunos.

Buscamos trabalhar a saúde em uma forma mais abrangente, a alimentação saudável, mas também alertá-los para outras realidades as quais eles já presenciam ou escutam na vida em sociedade. É sabido que as drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas têm atingido os jovens cada vez mais cedo. Tendo em vista essa realidade, buscamos fazer a conscientização do quanto é importante não fazer uso de tais substâncias.

Esse trabalho de conscientização se dá por meio das aulas dos professores, pesquisas, trabalhos realizados pelos alunos, como também por via de conversas, palestras etc. Sabemos que pode haver alunos que tenham pais que possuam contato com essas drogas lícitas, como o álcool, buscamos falar do assunto com destreza, de modo que eles possam ser conscientizados, mas não se sintam constrangidos.

Enfim, a saúde é essencial na vida de todo ser humano e é essa a realidade que buscamos passar para os nossos estudantes. Tão essencial quanto ter saúde é cuidar da mesma e ter ciência que é um direito garantido por Constituição a todo cidadão brasileiro devidamente registrado.

Esses engajamentos em prol da saúde na escola acontecem através de palestras, apresentações, profissionais da saúde, policiais militares, entre outros, a equipe do PSF tem dado sua parcela de contribuição vindo nas salas de aulas, conscientizando sobre os cuidados da higiene bucal, ações como a avaliação clínica, nutricional, promoção da alimentação saudável.

Assim, é fundamental que haja uma maior interação entre os profissionais que compõe essa política, saúde, família para que se dê a troca de informações necessárias e posteriormente venham a se desenvolver de fato a sua efetivação com um trabalho sólido, que possa garantir a continuidade e o atendimento aos nossos alunos e colaboradores.

As unidades escolares do Núcleo Regionalizado A, buscam trabalhar mantendo a parceira com a secretaria municipal de saúde no sentido de contribuir contribui para formação de cidadãos ativos e críticos. Promovendo um ambiente escolar saudável incentivando as pessoas a agirem como agentes transformadores da realidade a fim de beneficiar suas próprias vidas e posteriormente das pessoas ao seu redor.

Educação Ambiental

Meio ambiente é a realidade presente na vida de todos os nossos alunos, uma vez que, todos eles moram na zona rural. Contudo, a partir de suas realidades comunitárias nem sempre presenciam um cuidado com ele, muitos dos pais dessas crianças vivem da agricultura familiar, do contato direto com o solo, com o meio ambiente. Tendo em vista essa realidade, torna-se ainda mais importante a importância de uma consciência ambiental.

A tentativa, portanto, é chegar até os pais dessas crianças por meio delas. Uma vez que nas aulas elas têm contato com teoria que conscientiza a se ter um cuidado com o meio ambiente. Pode-se perceber que muitos desses pequenos agricultores ainda fazem uso de queimadas para se livrarem do mato acumulado quando fazem a limpeza dos lugares onde será realizado o plantio, queimada essa que empobrece o solo para as próximas plantações.

Sabendo disso, temos buscado conscientizar nossos alunos de que tudo que realizamos de ruim para o meio ambiente, não prejudica somente a nossa realidade local, mas o mundo inteiro, as queimadas são um exemplo dessa realidade. A queimada que é feita não empobrece somente o solo da comunidade, mas a fumaça prejudica o ambiente em um todo.

É importante que desde cedo eles aprendam a importância do cuidado que se deve ter com o solo, para quando chegar à vez de eles lidarem com o mesmo, saiba realizar de maneira adequada. Ao mesmo tempo em que, eles saibam a importância de cuidar do solo, também se faz necessário que saibam que não há a necessidade de saírem da sua comunidade de origem para buscar oportunidades outras, mas que sabendo o correto manejo do solo, podem ali produzirem e garantirem a sua subsistência.

Nesse sentido, as escolas do Núcleo Regionalizado A, trabalham desde cedo

questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, onde o professor é a peça fundamental para a conscientização deles educando-os de forma coerente desde a conservação da limpeza da sala de aula até a preservação do meio em que comunidade escolar está inserida.

Assim ao longo do ano letivo desenvolvemos uma série de atividades com os alunos sobre os cuidados com o meio ambiente, como; caminhada ecológica, com cartazes, panfletos onde convidamos os agentes de saúde, algumas pessoas da comunidade para estarem presentes e juntos buscarmos meios eficientes para preservar o ambiente local, os cuidados com o solo, a importância da reciclagem, da coleta seletiva, a caminhada chamou a atenção dos moradores que considerou positiva a ação, após foram realizadas produções na sala de aula sobre os atitudes e hábitos para mantermos um ambiente saudável e limpo.

Educação Financeira e para o Consumo

O ser humano vive cercado de realidades que o leva a refletir sobre o consumo. A todo instante somos bombardeados com anúncios nas mídias digitais, nas redes sociais, desejando induzir-nos a consumir cada vez mais. Para que isso não aconteça é preciso uma consciência financeira que nos possibilite um equilíbrio no campo financeiro, sabemos o quanto tem sido difícil para a sociedade manter as contas em dia com o valor que tem alcançado os produtos.

“A Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta” (ANGUERA, 2022, p. 60). No campo dos valores, quando os trabalhamos, buscamos conscientizar nosso alunado que o ser humano não se denomina pelo que possui, mas pelo que se é. Os bens materiais não formam caráter.

O tema educação financeira é trabalhado de forma bastante simples dentro da sala de aula, e através de atitudes simples, estamos ensinando valores que podem ser fundamentais para o desenvolvimento do aluno, como, saber preservar seu brinquedo, economizar água, não ficar muito tempo com os aparelhos ligados nas tomadas, não desperdiçar comidas, não gastar toda mesada com doces e lanches. Trabalhamos com o tema no intuito de formar cidadãos mais conscientes e preparados, tendo assim como consequência uma melhor qualidade de vida.

Além dessas atividades, os professores do Núcleo Regionalizado A realizam outras situações que envolvem educação financeira, como levar os alunos ao supermercado, ou a venda próxima a escola para realizarem pesquisas de preço, organizam uma mine feira com simulações de compras e vendas de produtos, onde os mesmos passam troco, compram, vendem, outras atividades realizadas é a confecção de cofrinhos com o objetivo de juntar dinheiro, de ter uma poupança

Partindo destas situações, a criança cresce com responsabilidade Financeira, se preparando para um futuro com melhor qualidade de vida e com uma consciência social, tornando-se um adulto com responsabilidade em relação às questões financeiras

Tendo em vista que a grande maioria das nossas crianças possuem poder aquisitivo financeiro de médio para baixo, é muito importante valorizar o que se possui e mais que isso, saber em que de fato vale apena fazer investimentos. Com isso, queremos ressaltar a importância de se ter uma consciência financeira e não aderir a cultura do consumismo exacerbado.

Cultura Digital

As gêneses da tecnologia vêm de muitos anos atrás, contudo, a cada ano que passa o aprimoramento da tecnologia tem crescido muito. Nossos jovens são considerados a “geração da tecnologia”, tendo em vista que eles nasceram em meio a esse “bum” tecnológico.

A escola tem papel fundamental na formação de seus educandos, fazer com que entendam que a tecnologia foi feita para o ser humano e não o ser humano para a tecnologia. Isso pelo motivo que, se percebe que muitos jovens vivem “escravos” da tecnologia, é sabido que muitos adolescentes têm desenvolvido síndromes por uso exagerado de tecnologia como o celular.

Contudo há muitos benefícios proporcionados pelas tecnologias, no campo da comunicação, as tecnologias têm favorecido e aproximado as pessoas que estão distantes, as notícias têm chegado cada vez mais rápido aos seus ouvintes, seja gravado ou em tempo real. Qualquer pessoa que tenha um celular com internet, pode fazer uma transmissão ao vivo para todo o mundo por meio das redes sociais.

Nossas unidades escolares dispõem de algumas realidades tecnológicas para uso exclusivo da gestão e dos professores, ainda não nos tem sido possível fazer

com que nosso alunado tenha o contato com a tecnologia para o ensino e aprendizagem, uma vez que, não temos um espaço apropriado que propicie aos alunos aprenderem fazendo uso de algumas tecnologias, como computadores. O contato que eles possuem com meios tecnológicos na escola é propiciado por meio dos professores na exposição de vídeos por meio da data show e notebook, no mais o contato com a tecnologia se dá em casa com aparelhos de seus familiares.

Educação Fiscal

O desenvolvimento do ser humano é composto por várias instâncias e cada uma delas contribui para a sua formação integral. São pontos que fazem parte do contexto da sociedade e que não há como se abster do envolvimento em tais realidades, seja direta ou indiretamente. “Sem dúvida, a escola é uma referência para gerar o debate sobre determinados assuntos, principalmente os assuntos que fazem parte do exercício consciente da cidadania” (ANGUERA, 2022, p.63).

A sociedade hodierna é cercada por comércio, partes que envolvem o financeiro. Todos os dias nos deparamos com situações que envolvem o financeiro, seja na compra de um lanche, seja na compra do pão, de doces, todas essas realidades faz com que tenhamos contato direto com o mundo do financeiro. Assim, compreendemos que a exposição desse tema em sala é de fundamental importância para o cotidiano dos nossos alunos.

A partir do momento em que as escolas se propõem a trabalhar com esse tema, irá possibilitar um contato dos seus educandos com a sua realidade, a qual pode ser trabalhada de várias maneiras, seja com explicações teóricas, seja com apresentações concretas. Nossos alunos, portanto, são instruídos a lidarem com as situações financeiras do dia a dia, momentos em que seus pais pedem para irem ao mercado comprarem algum produto já faz com que eles estejam imersos nesse universo financeiro.

Dessa maneira os professores são orientados a alinharem os seus planejamentos de acordo as habilidades propostas no plano de curso, em total consonância com a realidade dos alunos, para que nada fuja da sua realidade e que o tema proposto para ser trabalhado em sala ganhe sentido para a vida do aluno e que ele possa fazer uso em seu cotidiano.

3.6. ATIVIDADES COMPLENTARES (AC'S)

O planejamento pedagógico no Núcleo Regionalizado A, ocorre de forma reflexiva e pensante, a partir do plano de curso desenvolvido no município tendo como referência a BNCC o Currículo da Bahia e o DCRM, a coordenação pedagógica juntamente com os professores se reúnem em ACs (Atividades Complementares), semanalmente para discutir os objetos de conhecimento a serem trabalhados, levando em consideração o contexto histórico, social e cultural dos alunos, as competências e habilidades já adquiridas pelos mesmos e o que se pretende alcançar, assim acontece a contextualização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas e surgem novas ideias para realização do planejamento semanal, no qual cada professor(a) se encarrega de fazer as adequações para o planejamento diário de acordo as realidades vivenciadas.

Subjacente a esse tipo de trabalho, na Educação Infantil é desenvolvido através de sequências didáticas, seguida por temas. A ênfase está no desenvolvimento das experiências e vivências, garantindo que as crianças vivenciem situações diversificadas, no ensino fundamental o planejamento é desenvolvido com base nas habilidades, desse modo são desenvolvidas estratégias e atividades contextualizadas levando sempre em consideração as vivências dos alunos, nesse sentido, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, se espera que os alunos sejam alfabetizados ao término do Ciclo da alfabetização.

3.7. O ALUNO PROTAGONISTA

A concepção dos estudantes que compõem as escolas do Núcleo Regionalizado A, com base em uma visão de educação do/no campo são estudantes protagonista da sua história, sujeitos ativo construtor do seu conhecimento que participa ativamente das aulas, colabora com os colegas, busca conhecimento de forma autônoma e aplica o que aprendeu, desenvolvendo habilidades com pensamento crítico sendo capazes de resolver com autonomia, r**esponsabilidade, colaboração e engajamento situações vivenciadas em sala de aula.**

Através da interação e da reflexão, com a participação e mediação do corpo docente e toda equipe escolar, problematizando e estimulando o pensamento, de cada estudante, as escolas do Núcleo Regionalizado A, se preocupa na valorização do contexto social e cultural de cada estudante, promovendo interações mediante a um trabalho coletivo visando a construção do saber e a superação do fracasso escolar, proporciona uma educação de qualidade criando um ambiente acolhedor e seguro, oferecendo ferramentas e metodologias ativas que estimulam a autonomia, a responsabilidade, a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes, tornando-os os agentes centrais do seu próprio processo de aprendizagem, e não meros receptores de informações **reconhece o aluno como agente de transformação: para isso são desenvolvidas atividades como: debates, seminários, apresentações culturais dentre outras, que possa levar o estudante a se sentir autônomo em suas ações.**

3.8. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Perfil da Docência

As escolas do Núcleo Regionalizado A, tem suas aulas distribuídas entre manhã, tarde e noite, tendo professores, coordenadores, auxiliares de desenvolvimento Educacional e agentes tecnológicos distribuídos na Educação Infantil, Fundamental I e na Educação de Jovens e Adultos.

A maioria dos professores do Núcleo Regionalizado A residem na própria localidade onde se encontra a escola, outros moram no Município de Anguera. Alguns são filhos de agricultores, vaqueiros, e pequenos comerciantes, muitos docentes possuem formação em nível médio, o antigo magistério, outros buscaram formação acadêmicas superior, na área de pedagogia e licenciaturas plenas.

Sendo assim, percebemos que há uma preocupação no que se refere a melhoria da qualidade do ensino entre todos os profissionais da área que vem mesmo de forma lenta buscando melhoria em sua prática, seja por meio de formação ou busca por faculdade, para assim estarem aptos para atuarem em salas de aula.

Os professores do Núcleo Regionalizado A atuam de forma que leva o educando a pensar com criticidade e gerar dúvidas para a produção do conhecimento. Levamos sempre em conta os conhecimentos que os alunos já trazem consigo, de maneira que percebam que a escola não é a que detém o saber, mas a que intervém no processo pedagógico ampliando o conhecimento com base no diálogo e nas transformações sócio-político-culturais do mundo, percebendo que é na escola que acontece a idealização, promoção e análise do seu próprio projeto educativo, em consequência de que há um contexto de elaborar do seu trabalho pedagógico direcionado a realidade dos alunos

A gestão escolar não deve ser enxergada apenas como um conjunto de práticas que precisam ser seguidas, voltadas à escola, mas sim, precisa ser vista como um viés de promoção do fazer democrático e da cidadania. Os projetos desenvolvidos nas escolas do Núcleo são colocados em práticas, eles são elaborados pensados na realidade onde a escola está inserida, pensando no desenvolvimento integral do ser humano.

As escolas do Núcleo Regionalizado A buscam cumprir sua função como agentes de intervenção na sociedade, pois, a escola é um lugar que oportuniza, ou deveria possibilitar as pessoas à convivência com seus semelhantes. Neste sentido, em nosso ambiente escolar procuramos desenvolver um meio que favoreça o aprendizado, a interação. A escola não é vista apenas como um ponto de encontro, mas para além disso, ela proporciona o encontro com o saber.

Dessa forma o Projeto Político Pedagógico aqui desenvolvido está ligado com a organização do trabalho pedagógico, observando a escola de uma maneira geral e como está organizada a sala de aula, o dia a dia dos alunos seu contexto num todo. Pois a construção do Projeto Político Pedagógico demanda uma reflexão sobre tudo aquilo que é primordial em nossa instituição educacional.

Nesse sentido o professor é a peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Ser professor não é tarefa fácil é preciso dedicação, paciência, amor, conhecimento, pois ser professor na atualidade é conhecer de tudo um pouco, é perceber para além das práticas educativas e dos objetos de conhecimento, é entender da vida do ser humano, é ser capaz de parar conteúdos

importantes para falar de acontecimentos reais que de certa forma impactam na aula e no dia a dia dos alunos.

Portanto, os professores do Núcleo Regionalizado A, são pessoas que vem a anos buscando desenvolver um trabalho que contemple a todos, pensando sempre no aprendizado e no desenvolvimento dos educados.

As unidades escolares que compõem o Núcleo Regionalizado A prioriza por uma educação de qualidade e eficaz, diante do exposto se faz necessário que tenhamos um quadro de professores que entende a educação como uma prática de liberdade, guiado por valores humanos e éticos, e que luta por uma educação libertadora e inclusiva. Disposto a incluir e a manter relações positivas com colegas e alunos, reconhecendo a riqueza da diversidade e a necessidade de criar condições para que todos tenham acesso ao conhecimento, professores pesquisadores que se preocupam constantemente com a evolução do aprendiz.

Nossas escolas são compostas com docentes capazes de desenvolver aulas atrativas e significativas, buscando a aprendizagem por meio de uma abordagem lúdica, que envolva música, dança, teatro e recursos tecnológicos, são agentes de transformação, inspirando os alunos a refletir sobre o mundo e a participar ativamente da sua mudança.

Perfil do Estudante

Os alunos que fazem parte do Núcleo, alguns residem na própria comunidade onde se encontra a escola outros moram um pouco distante necessitando de transporte para se locomoverem até a unidade de ensino, são todos moradores da zona rural do município.

A faixa etária dos alunos varia de dois a cinco anos que são os da Creche e da Pré-Escola, de seis a dez anos os que estudam no ensino fundamental de primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I e os alunos do EJA Educação de Jovens e Adultos que fazem parte do Projeto Educação Popular, que varia de quinze a oitenta anos.

Os alunos do Núcleo Regionalizados A, são filhos de agricultores, vaqueiros, funcionários públicos, pequenos comerciantes dentre outros. Alguns pais, ou responsáveis mantém sempre contato com a escola apoiando-os no processo de aprendizagem.

O governo municipal através da secretaria municipal de educação e das escolas entregam os livros aos alunos onde eles levam para casa, pois a leitura começa a partir dos primeiros meses de vida de uma criança, o momento de crescimento que ela se desenvolve, a mesma vai fazendo a leitura do mundo ao seu redor, reconhecendo o ambiente em que vive as pessoas as quais se relacionam. Nossos alunos entendem a importância da leitura para sua vida, tendem a levar o hábito de ler além dos murros da escola, através dos nossos projetos de leitura.

Os alunos se envolvem em assuntos da comunidade, eles têm essa vivência, participam da vida local com seus familiares e amigos, atrelada a essa realidade está a participação nos momentos culturais das comunidades, tais como as festas juninas, as cavalgadas, os festejos religiosos, os torneios de futebol etc.

O grande avanço tecnológico obtido nos últimos anos proporcionou inúmeros recursos à educação, evidenciando assim novas práticas de ensino e aprendizagem. A existência da Internet e o avanço das tecnologias são fatores que têm impulsionado a sociedade no sentido de transformações significativas, sobretudo no campo da educação.

A Internet é um espaço que vem sendo usado com mais frequência por nossos alunos nos tempos atuais, de modo especial em suas residências, pois nossas escolas não dispõem de um espaço apropriado para o uso da internet por parte dos alunos. Assim, a maioria dos alunos possuem acesso à internet através dos aparelhos dos seus pais ou responsáveis, os quais dispõem pelo ao menos de um aparelho celular que usam para suas necessidades bem como para realizarem atividades escolares.

Dessa forma, nossas escolas procuram formar sujeitos que seja autônomo, que possam utilizar seus conhecimentos em situações de crescimento que tenham compromisso e responsabilidade com o ambiente em que vivem e lute com garra em busca de seus objetivos.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

As escolas do Núcleo Regionalizado A, concebe a criança como um ser social, que são vistas como sujeitos que criam histórias que já trazem consigo conhecimentos, é nessa fase que as crianças começam a sentir, a pensar a desenvolver o pensamento, a infância é o período em que as mesmas começam a se relacionar com outras crianças fora do contexto familiar, na escola, na comunidade ao qual a mesma está inserida.

O Documento Curricular Referencial Municipal (2022) diz que:

> É nessa fase que a criança participa de grupos sociais fora do contexto familiar e onde passa a conviver com outras pessoas, com isso exercita sua cidadania a partir da convivência em sociedade. Também é necessário, pensar a Educação Infantil como um espaço em que a criança tenha suas potencialidades incentivadas e que promova o desenvolvimento das habilidades da infância e das funções cognitivas, como: observação, imaginação, curiosidade, memória e a atenção, através de intencionalidades pedagógicas pautadas nas interações e brincadeiras, eixos estruturantes contidos na BNCC, referentes a esta etapa. (ANGUERA, 2022, p. 69).

Sendo assim percebemos que as crianças ao chegarem à escola trazem consigo conhecimentos que na relação com outras pessoas compartilham entre si, como seu nome, idade, qual seu brinquedo e brincadeiras preferidas, o que gostam de comer, sua cor que mais gostam, os desenhos preferidos, as músicas.

As crianças são o foco de todos os trabalhos desenvolvidos na Educação Infantil do Núcleo, a escuta de cada criança e a identificação das culturas infantis são ações de cuidado e atenção contínuos dos profissionais de educação que aqui trabalham. Estamos sempre proporcionando momentos em que as crianças possam experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas descobertas.

A Educação Infantil é umas das etapas mais importantes na formação do ser humano é nesse período que as crianças ampliam suas interações sociais, passando a adquirir novos conhecimentos e a desenvolver novas habilidades, novas

competências, contribuindo de forma significativa para o seu desenvolvimento. Assim, a escola e os profissionais precisam estar bem-preparados para trabalhar com os alunos, oferecendo momentos que enriqueçam ainda mais o aprendizado proporcionando atividades variadas como jogos, brincadeira faz de conta, que estimulam os pequenos a investigarem, perguntarem e experimentarem novas experiências.

O Núcleo Regionalizado A, trabalha de forma que valorize e garanta os direitos de aprendizagem das crianças, oportunizando em seu planejamento, o direito de conviver com outras crianças, adultos utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si com o outro, respeitando a cultura e a relação com os demais. Estimulando as brincadeiras em diferentes espaços, ampliando cada vez mais a imaginação, sua criatividade de forma que a mesma explore movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, em suas diversas modalidades, as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

4.1.1. Creche

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como premissa o desenvolvimento integral da criança nos seus variados aspectos, dando continuidade às ações da família e da comunidade.

O desenvolvimento cognitivo das crianças acontece nos primeiros anos de vida, a entrada da criança na creche marca o início do percurso pedagógico e cabe às nossas Escolas propiciar à criança a aquisição e a produção de conhecimento, respeitando a sua individualidade, valorizando o universo infantil, repleto de imaginação, descoberta, curiosidade e brincadeiras.

Atendemos crianças na faixa-etária de 1 a 3 anos, oferecendo educação e cuidados, visando o desenvolvimento de suas diversas linguagens, respeitando seu contexto histórico e cultural, suas individualidades e necessidades, oportunizando a construção do conhecimento e a interação com os outros, permeados por atividades lúdicas, na perspectiva do direito da criança, quanto às questões relacionadas à sua saúde, higiene, alimentação, segurança e desenvolvimento e aprendizagem.

Assim procuramos desenvolver um trabalho voltado à realidade dos nossos alunos, porém dentro das nossas possibilidades, incentivando o desenvolvimento deles para quando saírem da educação infantil, possa ingressar no ensino fundamental com as aprendizagens essenciais, comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto as vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes.

4.1.2. Pré-Escola

As escolas que compõem o Núcleo Regionalizado A, ofertam o ensino para as crianças da pré-escola. Seguindo o que é posto no art. 30 da LDB (1996):

> A educação infantil será oferecida em:
> I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
> II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

A Pré-Escola reúne crianças na faixa etária de 4 e 5 anos. Nesse período elas concretizam o aprendizado sobre a escrita do nome, reconhecimento do alfabeto e números, como também a leitura de palavras simples. Para que essa realidade se consolide, faz-se necessário a participação ativa da família como contribuinte no processo de alfabetização da criança.

> A Pré-Escola deve ser um espaço de experiências significativas que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. É importante destacar neste documento a relevância das brincadeiras que envolvem cantigas, parlendas, rimas, os jogos de sons e palavras, as contações de histórias para tornar a leitura divertida e consequentemente, estimular a escrita, neste período educacional (DCRM, 2022, p.101).

As nossas escolas, por meio dos docentes, buscam ofertar para nossas crianças um brincar com significado, isso é, a aprendizagem por meio de momentos lúdicos. Nesses períodos, as professoras usam desde riscos no chão para trabalhar o equilíbrio, noção de espaço (direita e esquerda), bolas coloridas para trabalhar as cores primárias e contagem, como também a contação de histórias com o reconto feito pelas crianças.

4.2. ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1. Anos Iniciais

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa no ciclo da educação básica, o que corresponde a 9 anos, desses, 5 anos de ensino corresponde ao ensino Fundamental I. Um período essencial para a formação dos alunos, principalmente os dois primeiros anos, nos quais é consolidada a alfabetização.

Esse período é essencial para que a criança possa adquirir as habilidades e competências que irá possibilitar o desenvolvimento deles nos anos subsequentes, por isso buscamos seguir de perto todas as orientações dadas pelo currículo nacional, estadual e municipal. Esse período será para que eles possam consolidar o que já foi visto nos anos anteriores e ampliar novos conhecimentos.

Compreendemos que nos anos iniciais a criança deverá ter realizado até término do ciclo da alfabetização:

> O que se propõe é que haja a construção da consciência fonológica, do conhecimento sobre as diferentes estruturas silábicas, as regularidades ortográficas diretas, as diferentes grafias do alfabeto (nos dois primeiros anos); construção das regulares ortográficas (contextuais e morfológicas) na ortografização; desenvolvimento da fluência em leitura de forma gradativa em níveis de complexidade crescente. (DCRM, 2022, p.120).

Dessa maneira faz-se necessário o trabalho com as habilidades competentes a tais realidades. Contudo, não é somente trabalhar as habilidades, mas a maneira como elas são desenvolvidas em sala, o que implica diretamente na prática pedagógica do professor, o qual precisa desenvolver mecanismos facilitadores da aprendizagem, para que assim seus educandos se desenvolvam de acordo com o esperado para a faixa etária de cada um deles.

A Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019, em seu Art 16 no § 1º diz que deverá:

> Priorizar-se-ão, nesse período, os procedimentos que reforcem o desenvolvimento da competência em leitura e escrita, bem como os relacionados com a aquisição do senso numérico, por meio de estratégias que fortaleçam o uso eficaz da escrita, a fluência leitora e a desenvoltura com as competências da cognição numérica.

Enquanto nos dois primeiros anos o foco está na alfabetização, nos anos do ciclo complementar a preocupação está em conceber solidez ao letramento e a alfabetização, como também garantir as aprendizagens próprias de cada tempo, como a leitura de textos que irá possibilitar o desenvolvimento da oralidade, do expressar-se, a leitura de imagens explorando as cores, movimentos, traços e o que está implícito em cada imagem e textos.

4.2.2. Transição da Creche para a Pré-escola

O funcionamento da creche no Núcleo Regionalizado A, se dá a partir dos dois e três anos de idade, porém essa oferta não acontece em todas as escolas, apenas o Prédio Escolar Maria José Silveira oferece o grupo 02, 03, 04, e 05 as demais o funcionamento ainda acontece com turmas multisseriadas.

Tendo em vista essa realidade, as escolas que possuem turmas multisseriadas, a transição feita pelos alunos acontece na teoria, mas não na prática, uma vez que, esses alunos embora mudem de séries, não muda de turma, professor e escola permanecendo no mesmo ambiente educativo. Contudo, esses alunos, ao iniciarem o novo ano letivo, ficam informados pela equipe escolar, que mesmo fazendo parte da mesma turma se encontra em uma nova série.

A transição entre essas duas etapas acontece de forma tranquila, mas com muita atenção de forma que a entrada na pré-escola possa dar seguimentos aos estímulos desenvolvidos no grupo 02 e 03, oportunizando nas crianças seus desenvolvimentos em todos seus aspectos, além de estimular novas descobertas e experiências.

4.2.3. Transição da Pré-escola para o 1º Ano

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica exige bastante atenção, pois necessita de equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo a continuidade dos desenvolvimentos dos alunos. Assim fica evidenciada a importância de pensar no planejamento que contemple estratégias de acolhimento, adaptação para quando ingressar no Ensino Fundamental os mesmos possam se

sentires confortáveis e seguros na continuidade de seus estudos, já que os mesmos irão ingressar na etapa mais longa da educação básica.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (2022) diz que:

> Essas mudanças impõem desafios na elaboração de currículo para a etapa do Ensino Fundamental, de modo a superar as lacunas que ocorrem entre as etapas da Educação Básica, mas principalmente entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens dos estudantes, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas entre os conhecimentos. (DCRB, 2019, p. 147).

Contudo o município de Anguera preocupado com essa transição elaborou o seu currículo de forma a garantir o desenvolvimento entre as etapas de ensino, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas entre os conhecimentos, pois nessa fase, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações no meio social.

Como cita o DCRM (2022):

> Ainda, nos Anos Iniciais é importante desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas em que o ambiente escolar, seja organizado por meio dos interesses e necessidades de aprendizagem apresentados pelos alunos, vislumbrando suas vivências, na compreensão que é fundamental ampliar as operações cognitivas, através de mobilizações pedagógicas, no intuito de que possam desenvolver o aprendizado esperado. (ANGUERA, 2022, p. 106).

Assim os alunos do Núcleo Regionalizado A, ao ingressarem no primeiro ano são recebidos com bastante entusiasmo e com o planejamento bem estruturado favorecendo suas interações com o espaço, a relação com diferentes linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permitindo a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e no seu entorno.

No 1º ano os alunos passam a ter uma rotina diferenciada, com novos materiais, livros, apostilas, caderno, no decorrer do ano os educandos vão adquirindo novos hábitos, responsabilidades dando continuidade ao processo de alfabetização, da comunicação oral, o sistema da escrita alfabética, os registros dos símbolos matemáticos, diferenciar letras de números, realizar cálculos orais, escritos e situações que favoreçam seu processo de alfabetização.

4.2.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A transição do 2º ano para o 3° ano é um período de suma importância, pois ela é marcada por desafios, onde o foco principal é a consolidação do processo de leitura e escrita. Ao finalizar o 2º ano espera-se que eles tenham aprendido a ler e escrever com autonomia, a interpretar, conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais tenha aprendido o sistema de numeração decimal, ampliando cada vez mais seus conhecimentos tanto no campo matemático, como linguístico, que passem a conhecer mais o próprio corpo, suas funções, as transformações que o mesmo apresenta nessa fase da vida e os meios para lidar com elas.

O Documento Curricular Referencial Municipal na portaria SEC Nº 02/2010 diz que:

> O Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:
> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
> III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
> IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social (ANGUERA, 2022, p. 104).

Nesse período os alunos estão vivenciando mudanças no processo de desenvolvimento na leitura, escrita, pensamento crítico e criativo, sendo importante se manter um trabalho pedagógico que valorize os conhecimentos prévios das crianças, no sentido de conduzi-los a novas aprendizagens.

Durante esse processo de transição é comum alguns alunos chegarem ao final do ciclo sem competências e habilidades próprias ao momento do processo ensino aprendizagem, dessa forma, o planejamento contempla ações específicas para quando iniciarem o novo ciclo os professores possam ter alguns cuidados essenciais, em tenta-se, a realização de avaliações diagnóstica por etapa letiva, com objetivo de identificar as causas das dificuldades particulares dos educandos na assimilação dos conhecimentos. Com esses dados em mãos os educadores passam

a estabelecer estratégias pedagógicas adequadas à realidade e as dificuldades de cada turma.

O Documento Curricular Referencial Municipal – DCRM para a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 2022 tem como objetivo assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, assim fica evidente que os alunos possam ter garantidos todas as suas etapas de ensino, cabendo a cada instituição escolar encontrar meios para promover a garantia dos direitos de aprendizagem. Sem perder de vistas os saberes os conhecimentos como elementos que, associados aos campos de experiências, marcam a intencionalidade das práticas docente, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo possibilitando compreensão das diferentes dimensões da vida em sociedade.

4.2.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

O período de transição do 5º ano para 6º ano é a fase final do fundamental I é um período em que os alunos já começam a usar o seu raciocínio lógico, para interpretar e solucionar problemas por meio de diferentes estratégias. Ela também sintetizará os seus conhecimentos nas quatro operações matemáticas. Nessa fase os alunos estão entre 10 a 11 anos consolidando os conhecimentos dos anos anteriores.

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal (2022):

> O impacto dessa mudança, do 5º ano para o 6º ano, requer atenção e acompanhamento. Os alunos passam a vivenciar uma nova realidade, já que iniciam um período de formação, em que a diversidade toma maior evidência. São muitos professores, diversas linguagens e temáticas socioculturais, que se ampliam durante o processo formativo dos anos finais. Essas mudanças não só exige um grau maior de adaptação dos estudantes, como também a necessidade de estreitar laços de convivência e proximidade (ANGUERA, 2022, p. 108).

Assim os alunos do Núcleo Regionalizado A, começam a viver uma nova realidade, passando por longos períodos de estudos, tendo uma maior quantidade de professores e componentes curriculares, sendo uma fase em que eles passam por diversas mudanças relacionadas ao seu processo de desenvolvimento seja ele

físico, emocional ou social. A participação da família é primordial nessa fase, as instituições necessitam buscar meios de torná-las mais próxima da escola.

Os educandos terão assim novas convivências no ambiente escolar, sendo necessário que desenvolva um trabalho que possa amenizar possíveis implicações no campo cognitivo/afetivo. Tais atividades devem conter estratégias que contribuam com o processo de adaptação necessária quanto ao ambiente, como também ao nível em que o educando se encontra, à proficiência das aprendizagens, ações que os impulsionem a interagir de forma crítica e construtiva com o meio, bem como incentivos a novos instrumentos favoráveis à aprendizagem.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de

currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

Levando em consideração o aumento significativo das crianças com necessidades especiais, as escolas do Núcleo Regionalizado A atende e acolhe à todos, integrando ao meio, entendendo que cada criança tem suas peculiaridades e as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Dessa maneira a educação especial é consolidada através de parceria dos profissionais de apoio com professores, coordenação e direção, fortalecendo o trabalho dos professores e viabilizando um atendimento especializado de forma individualizada, ainda que nos falte espaço, como uma sala de atendimento, que poderia aumentar a eficácia do trabalho proposto, visto que os atendimentos ainda acontecem em uma sala de AEE fora da escola no turno oposto. Salientamos que nossas escolas fazem um trabalho de orientação incansável par que fato aconteça essa inclusão, através de atividades que desenvolva as habilidades motora, sócio afetiva e cognitivas desses educandos.

Contamos com os seguintes profissionais: auxiliares de desenvolvimento educacional, professor de AEE, psicólogo, psicopedagogo, coordenador pedagógico, professor. Que trabalham em conjunto com os professores a fim de propiciar aos alunos um espaço acolhedor.

A avaliação acontece de forma gradativa e respeitosa, focada nas habilidades que o educando já consegue desenvolver e traçando metas para potencializar as habilidades ainda não alcançadas, respeitando o tempo e suas singularidades.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos

conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a estimulação e a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois eles são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

A Educação Inclusiva é fundamentada no princípio da equidade e no respeito à diversidade, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, tenham acesso à aprendizagem em um ambiente acolhedor e adaptado às suas necessidades.

Esse conceito está respaldado pela **Constituição Federal do Brasil de 1988**, que, no artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Além disso, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996** reforça, em seu artigo 4º, a necessidade de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, garantindo-lhes condições adequadas para o aprendizado.

Outro documento essencial para a Educação Inclusiva é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, que assegura o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também destaca a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem a individualidade dos alunos, promovendo uma formação integral. Para Vygotsky (1993), a aprendizagem ocorre na interação social, sendo fundamental que os estudantes estejam inseridos em ambientes que favoreçam sua participação ativa e o desenvolvimento das suas potencialidades.

Por fim, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende do envolvimento da família, da comunidade e das políticas públicas. A inclusão não deve ser vista como um favor, mas sim como um direito assegurado por lei e respaldado por diversas pesquisas na área da educação. Como defende Paulo Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade, proporcionando aos alunos autonomia e participação ativa na sociedade. Dessa forma, garantir a Educação Inclusiva significa construir um mundo mais justo e igualitário, onde todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

Para a efetivação da inclusão, os indicadores metodológicos devem assegurar a acessibilidade curricular, arquitetônica e comunicacional. Isso significa garantir materiais didáticos adaptados, recursos de tecnologia assistiva e metodologias ativas que favoreçam a participação de todos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o ensino deve ser planejado considerando diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, utilizando estratégias como ensino colaborativo, avaliação contínua e individualizada, além do suporte de professores de atendimento educacional especializado (AEE).

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

As escolas do Núcleo Regionalizado A, estão vinculadas ao Município de Anguera-Ba, que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista que as nossas instituições estão situadas todas na zona rural, o público que a integra e a constitui faz parte dessas mesmas localidades.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno da nossa escola, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas importantes para as nossas comunidades escolares com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária, portanto, o que desejamos é que tais políticas públicas cheguem às escolas do Núcleo Regionalizado A, para que nosso alunado possa desfrutar de tudo quanto elas possam oferecer.

Logo, o campo precisar ser visto e valorizado a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola (no município não há registro dessas etnias), favorecendo, assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

As escolas do Núcleo Regionalizado A, embora estejam inseridas em um contexto rural, não oferece aos educandos uma educação rigorosamente do campo, pois, a grade curricular não está de acordo com as exigências do que pede a educação do/no campo. Contudo, com embasamento na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 diz em seu **§ 2º** que: “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino” o que vem a garantir ao aluno o direito de realizar as atividades em um momento posterior.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (BNCC,

DCRB, DCRM), que norteiam nosso fazer pedagógico. Buscamos inserir também, junto aos demais conhecimentos advindos dos saberes de vida dos nossos educandos, saberes esses que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si mesmo e ao espaço que ocupam.

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, pois propaga os diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo.

A Educação do/no Campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, as instituições e os sujeitos que lhes dão forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

Por isso, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na Resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

> I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;
> II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
> III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;
> IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;
> V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
> VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;
> VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e
> VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola (BAHIA, 2015, p. 2).

Buscamos inserir em nosso ambiente escolar diversas metodologias com foco desenvolvimento pleno do aluno, colocando em ênfase suas peculiaridades já conhecidas, bem como utilizando de novas metodologias pautadas em seus conhecimentos prévios valorizando suas vivências diárias e o lugar onde vivem. Dessa maneira procuramos fazer uma educação do campo que valoriza o aluno sujeito do campo todos os dias relacionando nossas atividades com o modo de vida no campo.

Trabalhamos com projetos para que os alunos, vivenciem de forma criativa, diversos aspectos do meio que estão inseridos, favorecendo a interdisciplinaridade, a contextualização, utilizando conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para atender e compreender a realidade.

A maioria das escolas do Núcleo regionalizado A, oferta o modelo multisseriado, porém prezamos por uma organização pedagógica pautada na realidade de cada aluno, flexibilizando a organização escolar, ajustando o calendário e atividades buscando contribuir com evolução plena de cada aluno.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural.

Além dos projetos de leitura serem pautados nas vivências e realidade do campo, buscamos trabalhar com os diversos tipos de atividades e métodos, dentre eles estão: resolução de problemas, dramatizações, construção de hortas, trabalhos pautados na preservação do meio ambiente associada a metodologias para preservação e conhecimento da terra, observação, pesquisa, realização de trabalhos em grupos, leituras individuais e coletiva, rodas de conversas (com a participação das famílias), jogos pedagógicos, testes, provas, portfólios de evolução entre outras.

Durante o processo de aprendizagem são promovidas discussões, reuniões sobre nossas metodologias, de maneira a comunidade escolar se tornar personagem principal no processo de aprendizagem, trazendo suas vivências e cotidianos para sala.

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos,

metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização deles.

Durante o processo de elaboração deste item, nós do Núcleo Regionalizado A realizamos, reuniões, leituras compartilhadas, discussões, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos das nossas instituições, colocando em evidência as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar, variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em ênfase suas peculiaridades já conhecidas, tendo em vista chegarmos ao que ainda não conhecemos, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural.

Para atender a essas e outras necessidades, propomos por meio do projeto de leitura “Escola e família de mãos dadas no mundo da leitura” com o intuito, de aproximarmos a comunidade escolar, como participantes do processo de formação dos discentes.

Dessa forma, percebemos que o ensino pode ser desenvolvido por meios variados de construção e reconstrução do espaço físico. Os alunos tendo oportunidades e possibilidade de problematizar a realidade, estabelecendo conexões com os objetos de conhecimento, buscando trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvendo ainda metodologias próprias das nossas instituições a partir do convívio com a comunidade como um todo.

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), destinada a garantir o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram a escolarização na idade regular. Essa política

educacional busca promover a inclusão social, reduzir as desigualdades educacionais e proporcionar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Além disso, a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, reforça a obrigação do Estado em oferecer a EJA gratuitamente, assegurando o ensino fundamental obrigatório e programas de alfabetização.

> Pensando na EJA em nível municipal, Anguera tem como o objetivo principal para essa modalidade de ensino, colaborar com a redução do analfabetismo, promover letramento e oportunizar a jovens que precisam e buscam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, como também incentivar idosos que não tiveram oportunidade de estudarem na modalidade regular, uma chance de romperem com essa cisão no tempo de aprender que tiveram. (ANGUERA, 2024, p.15).

O município de Anguera, possui em sua legislação municipal o documento que rege as ações referentes a EJA, o Orientador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA) de 2024. Construído com apoio dos professores, coordenadores, diretores e equipe técnica do município a partir de reuniões de discussão e elaboração.

O OCEJA apresenta para as escolas que oferecem a EJA no município os componentes curriculares, habilidades, competências e práticas pedagógicas que deverão orientar as escolas durante o período letivo. Sendo assim, o PPP do Núcleo Regionalizado A orienta-se neste documento municipal para delimitar suas ações e reuniões com professores e comunidade.

Apesar dos avanços, a EJA enfrenta desafios como a evasão escolar, a falta de investimentos e a necessidade de formação específica para professores. Para superar essas dificuldades, é fundamental que haja políticas públicas que garantam melhores condições estruturais, materiais pedagógicos adequados e incentivos para que os alunos permaneçam na escola como as que o município de Anguera tem se proposto a fazer como exemplo o dia D da frequência escolar.

A EJA não se limita à simples transmissão de conteúdos, mas busca respeitar as experiências de vida dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. A metodologia da EJA deve estar fundamentada em uma abordagem pedagógica que considere a realidade sociocultural dos alunos, respeitando seus saberes e valorizando o aprendizado ao longo da vida.

Paulo Freire (1987), um dos principais referenciais teóricos da EJA, destaca que a educação deve ser libertadora e dialógica, permitindo que os estudantes sejam protagonistas do seu próprio conhecimento. Assim, as práticas pedagógicas na EJA devem estimular a participação ativa, a criticidade e a reflexão sobre o mundo, promovendo uma educação emancipadora.

Outro aspecto central da concepção da EJA é a sua flexibilidade curricular, que deve atender às necessidades e particularidades dos estudantes. Muitos alunos da EJA conciliam os estudos com o trabalho e a vida familiar, o que exige um ensino adaptado, com metodologias diferenciadas e horários flexíveis.

Por fim, a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida como um instrumento de transformação social, capaz de reduzir desigualdades e promover a inclusão. Para que a EJA cumpra seu papel, é necessário o investimento em políticas públicas, formação docente e estrutura adequada para o ensino. Dessa forma, a educação torna-se um meio para garantir não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos estudantes.

A EJA é fundamentada em princípios orientadores que garantem a inclusão, a equidade e a valorização dos saberes adquiridos ao longo da vida. O primeiro princípio essencial é o direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que estabelecem a oferta gratuita da EJA para aqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada. Esse princípio reforça a ideia de que a educação deve ser contínua e acessível a todos, independentemente da faixa etária.

Outro princípio fundamental é o respeito às trajetórias e experiências de vida dos alunos, que muitas vezes enfrentaram desafios sociais, econômicos e culturais ao longo de sua jornada.

Conforme destacado por Paulo Freire (1987), a EJA deve ser baseada no diálogo e na valorização do conhecimento prévio dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. Isso significa que as metodologias adotadas devem considerar as realidades individuais e coletivas dos alunos, tornando o processo educativo mais dinâmico e próximo de suas vivências.

A inclusão e a equidade educacional são princípios que norteiam a EJA, garantindo que pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e outros grupos historicamente marginalizados tenham acesso a uma educação de qualidade. A implementação de políticas públicas que assegurem recursos didáticos, formação docente específica e suporte pedagógico adequado é essencial para que a EJA cumpra seu papel social. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos se consolida como uma ferramenta de transformação, promovendo oportunidades reais de desenvolvimento pessoal e profissional para seus alunos.

Conforme as especificidades da população inseridas na Educação de Jovens e Adultos, Núcleo Regionalizado “A” garante uma prática pedagógica que considera a realização de atividades não presenciais, com acompanhamento docente, de forma temporária, complementar ou suplementar aos estudos na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, as atividades não presenciais ocorrerão através de módulos pedagógicos e portfólios de evolução da aprendizagem, onde os alunos serão orientados pelos docentes considerando as seguintes estratégias e metodologias:

I - as experiências de vida, aprendizado significativo e contextualizado;

II – os conhecimentos essenciais para a formação social;

III - as realidades culturais de grupos e suas formas de organização social;

IV – pesquisas e relatos sobre estudos dos aspectos territoriais; identitários; econômicos; culturais; linguísticos; religiosos; ancestrais e étnico-raciais;

V - as atividades de caráter psicopedagógico, de busca pela autoestima e voltadas para as competências socioemocionais;

VI – acompanhamento docente de forma direta e indireta, garantindo o atendimento aos estudantes que desenvolvem atividades não presenciais através de plantões na escola ou contato direto nas famílias.

A nossa comunidade escolar compreende que ao longo do processo histórico, diversas pessoas não tiveram oportunidade de acesso à escolarização. Portanto a EJA também é uma modalidade de ensino separadora e que deve trabalhar a inclusão do estudante através das diferentes formas de oferta, que inclui, nesta instituição, a realização de atividades não presenciais, de forma complementar ou suplementar às atividades presenciais.

5.4. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A tecnologia hoje é sem dúvidas uma ferramenta de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem, mesmo sabendo as reais necessidades das escolas não podemos deixar de incluir a tecnologia do dia a dia da escola. A inovação tecnológica vem contribuindo de forma enriquecedora para a criação de processos capazes de gerar e administrar o conhecimento e o mercado vem mostrando como é possível aprender através da interação com o ambiente e no sentido de suprir as necessidades e demandas sociais.

É de fundamental importância que as escolas tenham um sistema educacional de tecnologia que possa promover a inserção de alunos junto aos meios de aprendizagem. No que se refere a área educacional, a inovação tecnológica tem o potencial de melhorar o ensino, e de ofertar aos alunos oportunidades, oferecidas por abordagens pedagógicas inovadoras e com o uso de tecnologia digital.

No cenário atual encontramos práticas pedagógicas inovadoras e uso de tecnologia em muitas escolas, estas inovações ainda não ganharam escala e não provocaram transformações sistêmicas nas redes de ensino do município de Anguera e no Núcleo Regionalizado A em geral.

O Núcleo Regionalizado A, não dispõe de muitos recursos tecnológicos que possam ofertar tanto os alunos quanto aos professores uma política que favoreça seu processo de ensino e aprendizagem, a maioria das escolas até que dispõem de acesso à internet, mas não possui velocidade suficiente que atenda ao seu corpo discente e docente, a velocidade permite apenas o uso administrativo e as vezes não funcionam adequadamente.

“A palavra inovação relaciona-se ao ato de inovar, ao ato de fazer algo novo. Em um mundo em que o processo de mudança é bastante presente, a inovação figura no centro de análises de diversos tipos” (FUCK; VILHA, 2011, p. 3).

A educação tem se modificado a cada dia, buscando trilhar novos caminhos, aquele modo de ensino e aprendizagem que era utilizado já não pode mais acompanhar os estudantes hodiernos. O perfil do aluno desse século não é igual ao do século passado, definitivamente, os tempos são outros. As tecnologias vieram

para transformar as relações interpessoais e conjuntamente a ela também a educação.

A busca por novas práticas inovadoras demonstrou que havendo a necessidade, temos a capacidade de nos adequarmos as mais diversas realidades e que “as inovações podem se dar de forma incremental, agregando melhorias a processos [...] já existentes. As mudanças podem ser desenvolvidas dentro do próprio sistema que busca se renovar”.(INSPIRARE, 2014, p. 5). Da mesma maneira ocorre na educação, as mudanças que acontecem são para aprimoramento e melhorias do ensino.

Os documentos curriculares se constituem como a base para o incentivo no uso da inovação tecnológica. A nova sociedade pede uma nova configuração de ensino que busca mudar os padrões, fugindo da ótica mecânica e engessada.

Nesse novo cenário compreendemos que a tecnologia não está presente apenas em um componente curricular ou em um tema transversal, mas em todas as áreas do ensino, favorecendo a aprendizagem. As tecnologias da informação e comunicação constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens.

Em consonância com a BNCC computação do município de Anguera constituem os três eixos temáticos pontuados pelo complemento da BNCC para o ensino de Computação que são: Pensamento Computacional eixo que envolve a capacidade de resolver problemas complexos através da decomposição em partes menores, identificação de padrões e abstração, Mundo Digital: eixo que aborda o funcionamento técnico da internet à compreensão e utilização de tecnologias digitais de forma consciente e crítica, Cultura Digital: eixo que está relacionado ao entendimento dos impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na sociedade.

A educação está direcionada para diversos indivíduos, tendo como ponto de encontro à troca de conhecimentos, a socialização, o compartilhamento de saberes. Atualmente a facilidade para a obtenção de informação é muito grande, esse fator se da por conta do acesso as novas tecnologias, fator esse que também tem facilidade a pesquisa na área da educação.

Dessa maneira buscamos direcionar as modalidades contidas no Projeto Político Pedagógico de modo que elas dialoguem com os marcos referenciais

mantendo o fator identitário do Núcleo Regionalizado A, ou seja, tudo que foi proposto está contido dentro da nossa realidade educacional atual.

5.5. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Algumas concepções de assistência estudantil são apresentadas no município de Anguera e mais precisamente no Núcleo Regionalizado A:

Acesso: as rotas realizadas para deslocamento dos alunos que compõem as escolas do Núcleo Regionalizado A, são todas conhecidas da gestão escolar, o que facilita o acompanhamento de como a mesma está sendo realizada. Existe uma parceria muito grande entre a escola e as famílias dos estudantes que utilizam o transporte, de modo que, quando há alguma irregularidade no mesmo as famílias sempre notificam a gestão do que ocorre acerca do mesmo o que favorece a tomadas de decisões mais rápidas em favor daqueles que necessitam diretamente do transporte escolar.

O fato dos nossos estudantes serem todos do interior favorece o conhecimento das suas realidades comunitárias, ou seja, facilita no trabalho com a contextualização e instigação dos conhecimentos prévios dos alunos. Isso nos permite desenvolver ações que vá de encontro a pontos negativos existente em cada comunidade como o combate a violência, ao uso de álcool por adolescente dentre outras realidades.

Entendemos que não precisamos trabalhar tais realidades de forma direcionada, mas em âmbito de conteúdo ou projeto, de modo que a temática seja discutida, mas sempre apontar situações, trabalhando de modo leve, com textos, imagens, vídeos, etc. que possa favorecer a compreensão dos alunos e alertá-lo da realidade.

No ano de 2025 trabalhamos com ações e plantões a fim de chamar os alunos a estarem nas escolas. Como o dia D de frequência escolar, a busca ativa e também nos períodos de matrícula a ida até as residências fazendo propagação e chamadas desses alunos.

Toda ação realizada é sempre em prol do aluno para que ele possa ter o desenvolvimento adequado das aprendizagens, a qual é prejudicada quando ele

vem a faltar nas aulas, os professores notando essa falta, quando frequente, notificam a gestão para que a mesma possa realizar a “busca ativa” que é a ida até a residência do aluno para conversar com os familiares e entender o motivo da ausência na aula, tudo isso é registrado em uma ficha que fica na unidade escolar.

5.6. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A Secretaria Municipal de Educação do Município Anguera, oferta dentro de suas possibilidades a formação continuada para todo o corpo docente, com intuito de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem dos profissionais na perspectiva de uma nova concepção de conhecimento focada na interdisciplinaridade, nos objetos de conhecimento, nas habilidades e competências.

A formação continuada é entendida como a capacitação frequente dos educadores, sendo uma necessidade que precisa ser vivenciada, pois a mesma funciona como um incentivo a prática docente e valorização profissional, sendo uma forma de assegurar a atuação de professores mais preparados para atuarem nas salas de aula.

Nesse sentido a formação continuada atua como forma de reflexão e direcionamento da prática docente, visando melhoria na qualidade do ensino, além de instigar nos professores o interesse na busca constante de atualizações e aprimoramento, pois, o conhecimento não é algo pronto e inacabado, o educador necessita está sempre em busca do novo, na medida em que o mesmo atua com uma postura reflexiva e crítica, torna-se favorável o processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada deve ser vista como grande aliada dos educadores, uma vez que contribui para a evolução constante do trabalho docente, pois ela favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando notável significado às práticas pedagógicas.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, no Cap. II, Art. 4º diz que:

> A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

No processo de ensino-aprendizagem, com relação aos professores que, lecionam o componente curricular de sua responsabilidade, devem ser facilitadores das aprendizagens, organizadores de atividades, orientadores, pesquisadores, buscando preparar sujeitos para um mundo cada vez mais flexível e globalizado. Onde eles necessitam ter tais princípios em sua formação e ser fio condutor aos seus alunos.

As escolas do Núcleo Regionalizado A, buscam dentro de seus limites organizar a formação docente contemplando os princípios orientadores, assim como sugere a BNCC, o DCRB e o DCRM, trabalhando de forma coletiva, agindo com autonomia, responsabilidade, tomando direções que sejam coerentes de forma ética e transparente. Desejamos que nossos professores formem cidadãos críticos e consciente de seus direitos e deveres, onde os alunos tenham liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, garantia de padrão de qualidade.

Dessa forma, os direitos de aprendizagem, precisam ser orientados para promover o desenvolvimento integral do educando, prezando pelo convívio social, e o conhecimento como possibilidade de repensar o meio no qual está inserido. Esse é, sem dúvida, um dos grandes desafios da Educação na contemporaneidade e tendo profissionais bem capacitados favorecerão o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, Projeto Político Pedagógico precisa contemplar a formação de todos os profissionais que fazem parte do ambiente escolar, sendo necessário que a unidade de ensino ofereça tempos e espaços para a formação continuada em serviço, acompanhando e estimulando a participação de todos os profissionais da educação.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia,

fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Entendemos que o momento da Atividade Complementar (AC) não se constitui como ocasião para formação, o que gera a necessidade de um tempo próprio para realização dela. Portanto, as formações são previamente marcadas pela gestão, com todos os profissionais, acontecendo em horários e dias pré-estabelecidos.

Para esse momento é escolhido um tema que seja da necessidade dos educadores ou colaboradores, onde criamos um ambiente que promova a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade.

A pesquisa sempre fará parte da vida do educador, dessa maneira, as diretrizes vêm fortalecer e lembrar esse propósito necessário de uma atualização constante, não somente do que é inerente a sua área de formação, mas do conhecimento num todo. Essas diretrizes favorecem o incremento da prática docente nas unidades escolares, quanto ao desenvolvimento dos objetos de conhecimento com embasamento teórico para que os seus educandos possam ter melhor desempenho.

5.7. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/ FAMÍLIA E ESCOLA/ COMUNIDADE

A família é um núcleo social de pessoas unidas seja por laços sanguíneos ou afetivos, onde ambos compartilham o mesmo espaço, mantendo uma relação solidaria, de compartilhamento. Compreender as relações familiares se torna fundamental para compreensão ampliada dos alunos em processo de aprendizagem.

Antes de iniciarmos o ano letivo, realizamos um encontro com as famílias tendo por objetivo manter o diálogo sobre o funcionamento das unidades escolares, buscando seu apoio nos diversos sentidos, sejam eles, rotina de horários na entrada e saída, apoio nos estudos e acompanhamento escolar.

Assim, pensar nos alunos em processo de desenvolvimento é compreender que esses não se desenvolvem sozinhos, mas em um meio constituído de pessoas unidas por laços de parentesco ou relações de amizade, porém, sabemos que existem lares nos quais as crianças recebem o mínimo de atenção e apoio na resolução das atividades diárias.

Partindo desse pressuposto, a escola sempre que nota a ausência de algum dos seus alunos, procura juntos aos familiares saber o motivo/razão pela qual ele veio a faltar. Quando essa ausência se torna frequente, a escola juntamente com a Secretaria Educação, representada pelo projeto “Eu amo a minha escola”, se dirigem até a residência do aluno fazendo assim a “busca ativa”.

Ao realizar a matrícula dos filhos nas escolas do Núcleo Regionalizado A, cada família deixa conosco as características sociais e econômicas de seu contexto, com intuito de conhecer a realidade de cada aluno e de sua família, todas essas informações são elencadas na ficha de matricula, a qual possui um questionário com informações sobre renda, escolaridade e profissão dos pais, cidade de origem, cartão do SUS, CPF, RG entre outros. De posse desses dados, passamos a pensar na melhor maneira de desenvolver ações, projetos, bem como estabelecer parcerias.

A relação de comunicação passa a ter mais regularidade, os pais ou responsáveis passam a conversar com seus filhos sobre as atividades escolares, participam dos eventos, reuniões, da vida escolar, valorizando os sonhos dos seus filhos, acreditando que, por meio da aprendizagem, eles se tornarão mais capazes de interagir com o mundo que os rodeia.

Segundo Rosa Maria Torres (2019, p. 22):

> A escola não é um ente separado da comunidade; é parte da comunidade, está inserida na comunidade. A função da escola é servir a comunidade, e não o contrário: comunidades não foram criadas para servir a escola. É a escola que deve participar na comunidade, vincular-se à comunidade, colocar-se a seu serviço. É a escola que deve aproximar-se das necessidades e expectativas dos pais e da comunidade em seu conjunto.

Nesse sentido, cabe a instituição buscar meios que possam estreitar ainda mais a comunicação entre escola e família. A gestão deve buscar meios que possibilite a família vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativas nessa caminhada.

A família tem o dever de oferecer a seus filhos ou responsáveis o acesso a educação para que eles desenvolvam suas competências e habilidades. Atuando, como uma das mais antigas e importantes instituições sociais, ela tem papel fundamental na formação plena do cidadão, pois, é o primeiro grupo do qual o indivíduo faz parte e de onde são recebidas as orientações e princípios básicos como valores éticos e morais.

Nesse sentido, o ensino em nossas escolas é desenvolvido baseado nos princípios de igualdade e respeito, onde todos, independentemente do gênero, religião, condições financeiras, etnia, possam se sentir acolhido no ambiente escolar.

De acordo com a LDB em seu artigo primeiro, a escola compartilha a responsabilidade de educar as novas gerações (crianças, adolescentes) e os jovens e adultos com várias outras instituições da sociedade. Para ela, a família e a escola compartilham a responsabilidade pela educação com várias outras instituições.

Dessa forma o Núcleo Regionalizado A, vem desenvolvendo projetos que tem por objetivo estimular ainda mais essa relação de convívio. As famílias e comunidade em geral são convidadas a fazerem parte do projeto, através de apresentações, com músicas, receitas, leituras, atividades culturais e outras, assim os filhos percebem que os pais ou responsáveis estão participando ativamente da vida escolar e passam a se sentirem mais seguros, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Os pais sempre são convidados a adentrarem no ambiente escolar, não apenas nas apresentações, mas nas reuniões de pais e mestres, do conselho escolar, do caixa escolar, ao final de cada etapa realizamos o plantão pedagógico onde eles ficam sabendo sobre o desempenho dos filhos, em qual ponto avançou onde precisa melhorar, a participação dos pais é fundamental também para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das nossas instituições. Portanto, a escola é constituída pela comunidade, dessa forma, todos se tornam corresponsáveis pelas tomadas de decisões, para conseguimos alcançar os melhores resultados na educação dos alunos.

6. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

As unidades escolares que compõem o Núcleo Regionalizado A realizam projetos que contribuem significativamente para o avanço da conscientização das culturas Étnico-racial, bem como a referência negra que englobam a sociedade como um todo, isso se concretiza através da realização de atividades pedagógicas como: Projeto de Leitura e Escrita que são realizados durante todo ano letivo, trazendo um leque diversificado de ações e atividades onde são trabalhados uma diversidade de gêneros textuais que envolvem a cultura Étnico-racial, são desenvolvidas atividades de produções artística visuais envolvendo imagens, escrita de texto, dramatizações, roda de conversa, seminários dente outras ações que objetiva a promoção das relações interpessoais e o letramento racial. Integrado ao Projeto de Leitura são desenvolvidos outros projetos internos.

Projeto das Regiões- É um projeto desenvolvido pelas escolas do Núcleo Regionalizado A com o objetivo de não apenas conhecer demograficamente nosso território mais sim com intuito de desenvolver nos educandos pensamento crítico e consciente de que existem diversidades incluindo pessoas, pensamentos, ações, culturas e que a valorização se faz necessária. São desenvolvidas atividades de pesquisa onde os valores étnicos de cada povo são respeitados, as atividades que envolve a cultura e tradições de povos oriundos, são abordadas e apresentadas pelos estudantes de forma consciente e planejadas.

Projeto Identidade- São trabalhadas atividades voltadas para o contexto Étnico-racial e a promoção do reconhecimento do indivíduo como sujeito protagonista da sua própria história, promovendo a construção da sua identidade auxiliando-os a compreender suas características, valores, origens, e a se reconhecerem como sujeitos únicos dentro de um contexto social, tendo como objetivo a conscientização dos educandos e comunidade escolar em relação a sua história, sua etnia e o respeito pela diversidade. Em consonância com este projeto são desenvolvidas diversas ações em combate ao Bullying.

6.1 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Com o objetivo de promover a valorização da diversidade cultural e étnico-racial na sociedade e nas instituições de ensino. O Núcleo Regionalizado A visa trabalhar está modalidade educacional com autonomia e responsabilidade promovendo a igualdade e o respeito ente grupos diversificados que compõem nossa sociedade, para tanto se faz necessário o desenvolvimento de a capacitação de educadores para lidar com este processo, visto que as relações Étnico-raciais se tornam algo de suma importância na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em combate aos pontos negativos envolvendo este processo educativo toda equipe educacional do núcleo Regionalizado A busca implementar praticas pedagógicas bem como discursos acerca do tema, que visa valorizar a diversidade cultural construindo assim um ambiente educativo protegido, afável para todos que dele faz parte. “A cultura negra é elemento essencial para formação da identidade brasileira, e o Brasil só é o que é por causa das muitas contribuições do homem negro”. (SANTOS, 2016).

As escolas pertencentes ao Núcleo Regionalizado A, desenvolvem perante a comunidade escolar um letramento racial que toma como base a pesquisa bibliografia, estudos em livros que abordam a temática em questão faz uso de materiais e métodos que discorrem sobre histórico da cultura afro brasileira, fazendo uso da musicalização, bem como imagens, artes visuais, recursos tecnológicos dentre outros, com o intuito de combater o racismo, além da promoção da inclusão da referência negra. Nas escolas nucleadas a revisão da política interna se faz necessário para que os princípios da equidade, justiça e respeito mútuo sejam garantidos, para que todos saibam proceder em eventuais casos de racismo que possam vir a acontecer.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

7.1. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PPP

O projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido no Núcleo Regionalizado A, pontuando as exigências legais da rede de ensino, bem como as necessidades, e expectativas da comunidade escolar, além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização social e gestão.

A obtenção deste documento e o conjunto de finalidades constituem a razão do Projeto Político Pedagógico da nossa escola, que continuamente é construído, pois se trata de um processo e não simplesmente de um produto que se pretende oferecer. A construção desse documento contou com a participação de todos: alunos, pais ou responsáveis, professores, coordenação, direção, colaboradores, e a comunidade local.

Pensando dessa forma nos períodos que sucederam a efetivação da referida construção do PPP, o Núcleo Regionalizado A, realizou atividades de caráter didático-pedagógico, entre elas, reuniões com a gestão e a responsável pela revisão do texto do documento.

O trabalho realizado para o conhecimento da realidade onde atuamos exigiu um aprofundamento na perspectiva de construir uma proposta pedagógica consciente. Fez com que pesquisássemos sobre a realidade, examinando-a, interpretando-a com o intuito de descobrir novos caminhos. De posse dos dados pesquisados, foram realizados encontros de planejamento estratégico com a participação do comitê organizador.

A educação aqui defendida deve proporcionar aos educandos os conhecimentos necessários ao exercício pleno da cidadania, de modo que possam desenvolver habilidades e competências necessárias à sua inserção no mundo do trabalho. Para tanto é fundamental também, desenvolver as dimensões cognitivas, afetivas, culturais, políticas e socioeconômicas.

O PPP será o nosso fio condutor numa trajetória democrática e educacional,

em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigor deste o ano 2018, com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) e o Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos, esses serão os pilares norteadores da educação em nossas comunidades escolares do Núcleo Regionalizado A.

7.2. INTERAÇÃO ENTRE O PPP E O REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

A avaliação institucional está diretamente ligada ao Regimento Escolar Unificado quando o mesmo aborda o processo de avaliação que permeia no Núcleo Regionaliza. Tal relação é comprovada no Artigo 170 paragráfo único do Regimento Escolar onde aborda o seguinte:o proposito da avaliação institucional deve ser de identificar os aspectos positivos e negativos no proceso pedágogico da unidade escolar, com vista na reorientação do trabalho educativo.

Alinhamos as práticas a partir deste artigo do Regimento Escolar Unificado.

> **Art. 6º** A Unidade Escolar tem como objetivo geral o desenvolvimento pleno do educando, a conscientização dos direitos e deveres da vida cidadã, embasada na solidariedade humana e nos ideais de liberdade, criando-lhe as condições para especialização profissional.

7.3. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS PROCESSOS

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado A, representa um conjunto de diretrizes organizacionais que expressam e orientam as práticas pedagógicas e administrativas das nossas escolas, como estabelecem os documentos norteadores. Ao folhear este documento que tem o perfil identitário de nossa instituição, ele orientará sobre a função social, visão e valores, o papel que a escola assume para com a comunidade, suas características e a leitura coletiva de seus sujeitos.

O projeto político pedagógico é o guia de todas as nossas ações, apresentado questões relativas à formação dos professores, contextualizando as especificidades de sua atuação profissional, problematizando a organização curricular como

elemento fundamental, garantindo uma formação que articule as dimensões humana, reflexiva, científica e tecnológica.

As diretrizes pedagógicas aqui defendidas são orientadas para uma visão curricular que tem como propósito promover um processo formativo referenciado no desenvolvimento de competências profissionais

A metodologia utilizada baseia-se na abordagem de pesquisa qualitativa contendo pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo através de questionário, pesquisa documental.

7.4. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado A é composto por informações das 5 unidades escolares. Para a construção do documento realizamos pesquisas de campo com visita à Biblioteca Municipal e as famílias que residem desde o início da construção das unidades escolares, como também pessoas influentes do município. Outras fontes também foram utilizadas para o desenvolvimento do mesmo, como livros, artigos, leis federais, estaduais e municipais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) além dos referencias curriculares, BNCC, DCRB, DCRM, Portaria do Magistério e Regimento Escolar e OCEJA.

Assim, a construção do PPP desenvolvido nas escolas do Núcleo Regionalizado A, é vista como o conjunto de ações que possa contribuir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, acontecendo de forma interdisciplinar, trazendo novas possibilidades de organização e reflexão do fazer pedagógico.

Em relação à avaliação institucional o processo é mais amplo, pois não avaliamos apenas a aprendizagem do aluno em si, mas todo o percurso que contribui para a o desenvolvimento do mesmo, o trabalho do professor, gestor, coordenador, os projetos pedagógicos, a estrutura de ensino, ou seja, todo o processo envolvido na comunidade escolar.

O PPP do Núcleo Regionalizado A, contempla a organização do trabalho da escola como um todo, o mesmo encontra-se embasado em princípios que norteiam

a gestão democrática, como uma estrutura administrativa adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, que estimulem a participação de todos no processo de decisão, assim os envolvidos no trabalho escolar participam das tomadas de decisões e dos rumos que a escola seguirá, umas das formas de participação é os conselhos escolares.

Nos conselhos escolares há a participação de todos os segmentos, pais, professores/as e demais colaboradores, objetivando a ampla participação nas decisões da escola, nos âmbitos administrativo, político-pedagógico e financeiro, com intuito de colaborar, fiscalizar, apoiar, promovendo e estimulando a comunidade escolar, em busca da melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

A comunidade escolar será convidada a conhecer o nosso projeto político pedagógico, e assim, contribuírem no processo constante de acompanhamento e avaliação, que se darão por meio de analise, discussões, nos momentos de ACs e reuniões demarcadas especificamente para estes fins. Dessa forma, a avaliação do PPP, é compreendida como um processo necessário para a dinâmica das nossas escolas, necessitando acontecer de forma contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelo Núcleo Regionalizado A, traz em si grandes conquistas no que se refere a um trabalho colaborativo que tornou o processo rico e gratificante, o resultado dessas reflexões e interações, por ser um instrumento resultante de uma gestão democrática, será objeto de permanente reflexão, no que se refere aos princípios e valores que fundamentam a pratica da escola, a sua estrutura de organização instâncias e decisões, as relações com a comunidade escolar para adaptar-se as mudanças culturais e sociais. Sendo o documento norteador das atividades administrativas e pedagógicas das escolas que compõem.

O processo de elaboração do projeto político-pedagógico foi fundamental porque envolveu as pessoas que atuam na escola, obtivemos a sensação de pertencimento, de envolvimento com a instituição. Assim, a gestão democrática e participativa é instrumento de superação do autoritarismo e dos individualismos. Para vivenciá-la é preciso criar momentos coletivos e específicos de discussão sobre o significado de democracia, autonomia, descentralização, participação, cidadania.

O PPP constitui-se em um imprescindível instrumento de intervenção na realidade escolar e de comunicação entre os sujeitos que interagem no cotidiano escolar, configurando assim como um canal de diálogo e de participação dos diversos protagonistas da comunidade externa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia**, 2018.

ANGUERA. **Documento Curricular Referencial Municipal**, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 02 abril de 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 02 abril de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 02 abril de 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em: 02 abril de 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno.** Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 29 out. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 abril de 2025.

Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019.

BIGATON, Roslei Aparecida Sinderski. **Perfil de Professores da Educação Básica e Análise Multidimensional.** Itajaí 2005.

FELIPPE, Bárbara Colossi. **A Pesquisa como Princípio Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** um estudo de caso com docentes participantes do edital 20/2017/proppi/da e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Florianópolis, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara; SANTOS, Joseneide Sousa Pessoa; CRUZ, Eduardo Franco Correia. **O mundo do trabalho:** concepções e historicidade, 2002.

PEREZ, Tereza. **Diálogo escola-família:** Parceria para a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Ed. Moderna, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. **Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública:** um diálogo no município de Alagoinhas/PB, 2015.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino e Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 25. ed. São Paulo: Libertad, 2022.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.